

12 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

STJ autoriza inquérito contra Beto Richa

Governador do PSDB-PR é alvo da Operação Publicano, que apura suposta rede de propinas na Receita Estadual

Os depoimentos dos envolvidos devem ser realizados em até 20 dias; tucano não deve ser ouvido nessa fase

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) autorizou abertura de inquérito contra o governador do Paraná Beto Richa (PSDB) na Operação Publicano, que apura supostos casos de corrupção dentro da Receita Estadual do Paraná.

A decisão é do ministro João Otávio de Noronha, que atendeu a pedido da Procuradoria-Geral da República, feito no início de fevereiro.

Segundo a **Folha** apurou, o ministro determinou o cumprimento de diligências em 20 dias, como a tomada de depoimentos de envolvidos no caso. O governador não deve ser ouvido nessa fase.

Há suspeita de que o suposto esquema de corrupção abasteceu campanhas políticas, inclusive a do governador, segundo o depoimento de um auditor que colabora com as investigações.

Richa nega e argumenta que as contas de sua campanha foram aprovadas pela Justiça Eleitoral. O tucano também já declarou ser favorável às investigações.

O governador chegou a mandar uma reclamação à Procuradoria dizendo que não poderia ser investigado

pelo Ministério Público Estadual e pela Justiça do Paraná devido ao foro privilegiado, mas a vice-procuradora-geral da República, Ela Wiecko, informou em decisão do dia 19 de janeiro que já havia solicitado ao STJ abertura de investigação de Richa.

Audidores do Paraná são acusados de cobrar propinas milionárias de empresários em troca da anulação de dívidas com o Estado. Segundo o Ministério Público, a quadrilha atuava havia três décadas e faturava R\$ 50 milhões por ano em propinas.

Estão sendo apuradas cobranças realizadas entre 2008 e 2014, que não foram contempladas em fases anteriores. Os auditores investigados são alvo de um processo administrativo na Receita Estadual, que já emitiu R\$ 750 milhões em multas por impostos que deixaram de ser pagos com o esquema.

Em nota divulgada nesta sexta-feira (11), o tucano disse que é o maior interessado nos esclarecimentos do fato.

“Não tenho nada a temer. Todas as doações recebidas pela minha campanha foram legais e declaradas à Justiça. Sou o maior interessado no esclarecimento completo dos fatos. Confio na Justiça.”

Na última fase da Operação Publicano, em dezembro de 2015, 40 auditores fiscais do Paraná foram presos, suspeitos de cobrar propinas milionárias de empresários em troca da anulação de dívidas com o Estado.

12 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Especialistas criticam as peças de acusação contra o ex-presidente

Ex-ministro do Supremo e pesquisadores veem pouco fundamento na denúncia contra Lula

Procuradores da Lava Jato avaliam que pedido de prisão vai vitimizar Lula; promotores não comentam as acusações

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO
GRACILIANO ROCHA
ENVIADO ESPECIAL A CURITIBA

A acusação é “um lixo”. Não são promotores, são “três patetas”. Deram um “tiro no pé”: vão ajudar o ex-presidente Lula com essa acusação tão simplória.

Foi assim que a denúncia e o pedido de prisão do ex-presidente Lula foram avaliados por professores de direito e especialistas ouvidos pela **Folha**. As duas peças, apresentadas nesta quinta (9) pelos promotores Cassio Conserino, José Carlos Blat e Fernando Henrique Araújo, acusam Lula de ter se beneficiado de um triplex no Guarujá (SP).

O ex-ministro do Supremo Carlos Velloso, 80, disse à **Folha** que o pedido de prisão não cumpre os fundamentos exigidos pela lei. “É notório que o acusado tem residência fixa, não há sequer indício de que tentaria fugir. Também não há notícia de que o acusado estaria a ameaçar

testemunhas, a destruir documentos”, afirmou.

Nesta sexta (11), 57 promotores e procuradores do Ministério Público Federal, do Trabalho e dos ministérios públicos de oito Estados, incluindo São Paulo, condenaram a “banalização da prisão preventiva” e “operações midiáticas e espetaculares”.

A acusação de que Lula cometeu crime de lavagem de dinheiro também é questionada pelos especialistas Gustavo Badaró e Heloísa Estelita, professores de direito da USP e da Fundação Getúlio Vargas, respectivamente.

“Lavagem de dinheiro não é um crime abstrato. Tem que ficar demonstrado que o dinheiro lavado foi integrado ao patrimônio do Lula de forma dissimulada. Não vi esse nexo na denúncia”, diz Estelita.

Os promotores acusam Lula de ter recebido um presente de Léo Pinheiro, da OAS, e desistido do imóvel quando a informação tornou-se pública, no final de 2015.

Badaró também considera a acusação frágil: “Para haver lavagem, a denúncia teria de demonstrar que o dinheiro utilizado na compra tem origem criminoso”.

VÍTIMA DE PERSEGUIÇÃO

Quatro procuradores da Lava Jato, de Curitiba e Brasília, avaliam que as peças terão uma repercussão negativa na operação por dar a Lula o pretexto para se dizer vítima de perseguição política.

Sob a condição de não serem identificados, eles apontaram o que consideram lacunas técnicas da denúncia.

Um dos problemas apontados é que os promotores não foram claros ao apontar o crime antecedente necessário para fundamentar a acusação de lavagem de dinheiro.

O suposto crime de estelionato contra os mutuários da Bancoop, atribuído a Lula e a dirigentes da cooperativa, foi considerado inconsistente e contraditório.

A reforma do triplex, paga pela OAS, é investigada como benesse concedida pelo ex-presidente e sócio da empreiteira, Léo Pinheiro, a Lula em troca de favores concedidos pelo petista ao empresário.

Após conhecer o teor da denúncia e do pedido de prisão, o gabinete do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, traçou a estratégia de não comentar a peça para não azedar a relação com o Ministério Público paulista.

CONTINUA

Decisão demandará algum tempo, diz juíza

DE SÃO PAULO

A juíza responsável pelo julgamento do pedido de prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou em despacho que a decisão sobre o requerimento “demandará algum tempo”.

A manifestação da magistrada Maria Priscilla Veiga Oliveira foi divulgada na tarde desta sexta (11) pela assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O texto aponta que a denúncia relativa a Lula é “processo de elevada repercussão social, em que há acusações contra ex-presidente da República e requerimento de medidas cautelares sérias”.

No despacho, a juíza relatou que a acusação da Promotoria possui 36 volumes e que, apesar de a digitalização desse material ainda não ter ter-

minado, as defesas dos denunciados já estão buscando acesso aos autos.

Segundo a magistrada, a análise da viabilidade da acusação e dos pedidos de prisão de denunciados requer “devida apreciação de todo o material apresentado, o que demandará algum tempo”.

A juíza afirmou que a divulgação do despacho era necessária, apesar de a denúncia estar em segredo de Justiça, “para elucidar à população o andamento do feito que terá seu curso no estrito termo da lei”.

ISOLAMENTO

A previsão de que a 4ª Vara Criminal da capital paulista só decidirá sobre o pedido de prisão do ex-presidente na próxima semana levou a direção do Tribunal de Justiça de São Paulo a determinar, nesta sex-

ta, o isolamento da área no Fórum da Barra Funda.

Segundo a assessoria de imprensa do TJ-SP, a medida foi adotada para preservar a tranquilidade do trabalho da juíza. Veiga, conhecida pela discricção, já havia relatado a colegas do Fórum da Barra Funda sua preocupação com a superexposição do pedido.

Somente advogados e pessoas com compromissos de comparecimento à vara poderão acessar a área correspondente, no fórum.

Diferentemente das prisões da Operação Lava Jato, em que detenções foram determinadas em fase de investigação, a definição sobre o caso do ex-presidente deverá acontecer em paralelo à decisão sobre a abertura de ação criminal contra o petista. Se isso ocorrer, ele vira réu. (FLÁVIO FERREIRA)

Promotor admite ter confundido Engels com Hegel

Alvo de piadas por ter confundido, na denúncia à Justiça, os filósofos “Engels” e “Hegel”, o promotor José Carlos Blat disse que se atar a esse erro é “tolice”.

“É claro que nós sabemos a diferença entre Engels e Hegel. Numa peça de 200 laudas, vão preferir ficar discutindo a filosofia?”, rebateu à BBC Brasil.

O texto diz que a atitude de Lula deixaria “Marx e Hegel envergonhados”.

Karl Marx (1818-83), o célebre autor do “Manifesto Comunista”, tinha como parceiro Friedrich Engels (1820-95). Já Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) foi criticado por Marx —ele representava o pensamento burguês da época. Em comum, os três eram alemães.

CONTINUAÇÃO

A insatisfação da PGR foi vocalizada por Vladimir Aras, um dos procuradores mais próximos de Janot: “Nunca vi nada igual. Todo mundo comete erros, mas não é possível tamanha inépcia e falta de técnica. O texto é imprestável a qualquer juízo.”

No Facebook, ele citou nesta sexta (11) o célebre meaculpa atribuído a Napoleão Bonaparte após o fiasco militar da Campanha da Rússia (1812): “Do sublime ao ridículo, é só um passo”.

Procurados, os promotores não quiseram se pronunciar.

Colaborou BELA MEGALE, de São Paulo

CONTINUA

12 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Há provas dos crimes pelos quais Lula é acusado?

Lula é acusado de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. Sobre a lavagem, três especialistas ouvidos pela **Folha** dizem que não há provas de vantagem financeira que ele teria recebido e da ocultação dessa vantagem. Já sobre falsidade, há depoimentos de moradores e trabalhadores de que o triplex foi reformado pela OAS para o ex-presidente

Lula lavou dinheiro, como dizem os promotores?

A denúncia não aponta qual teria sido a vantagem que ele recebeu no caso do triplex, já que não ficou com o apartamento, ainda de acordo com professores de direito consultados. Os pesquisadores também dizem que não há provas de como Lula ocultou a vantagem que teria recebido

Há problema pelo fato de o triplex ser investigado pelo Ministério Público de São Paulo e pelo Ministério Público federal em Curitiba?

Não, segundo decisão da ministra Rosa Weber, do STF. Não haveria conflito, de acordo com ela, porque São Paulo investiga o benefício que Lula teria recebido da OAS enquanto outros moradores eram lesados, enquanto a força-tarefa da Lava Jato apura a reforma feita pela empreiteira

Há provas de que recursos ilícitos foram usados na reforma do triplex?

Não. O imóvel foi reformado sob orientação de funcionários da OAS e os gastos foram pagos pela empreiteira

Há justificativa para o pedido de prisão?

Não, segundo especialistas ouvidos pela **Folha**, porque não há provas de que ele estaria destruindo provas, coagindo testemunhas ou esteja planejando fugir

Lula e Marisa tiveram tratamento diferenciado em relação aos outros compradores de imóveis via Bancoop?

Sim, segundo depoimentos colhidos pelo Ministério Público de São Paulo. O apartamento recebeu um elevador e uma cozinha de luxo da Kitchens que não fazem parte dos outros imóveis no mesmo prédio. No final do ano passado, porém, Marisa anunciou que desistira do imóvel

CONTINUA

12 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

ANÁLISE CONTINUAÇÃO

Lava Jato e pedido de prisão de Lula são processos distintos

JOAQUIM FALCÃO
ESPECIAL PARA A FOLHA

A primeira constatação sobre a Operação Lava Jato e a denúncia do Ministério Público de São Paulo contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as investigações é que se tratam de processos distintos (São Paulo e Curitiba); de iniciativas distintas (procurador Deltan Dallagnol em Curitiba e promotor Cassio Conserino em São Paulo); e julgados por juízes distintos: Sergio Moro e Maria Priscilla Oliveira. Sobre crimes distintos: corrupção e falsidade ideológica.

Estes processos distintos se encontram na pessoa de Lula e em como ele tem se comportado. Para os promotores de São Paulo, a reação do ex-presidente na semana passada fundamenta o pedido desta semana.

A reação emocionada e emocionante na coletiva posterior e a convocação da militância, aliadas à destruição de provas no Instituto Lula, teriam influenciado o pedido de prisão preventiva.

A segunda constatação é que prisão preventiva não é a condenação pelos crimes de falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. Nada a ver com o tríplex. Nada foi julgado. A juíza dirá ainda se aceita ou não a denúncia.

A questão é a natureza jurídica da reação de Lula como ameaça à ordem pública, um dos fundamentos legais possíveis da prisão preventiva.

A postura de Lula nesta quinta-feira (10) aponta ou não para um comportamen-

to mais acirrado no futuro? Ou apenas se insere no direito de se expressar livremente que todo cidadão tem? De usar seu patrimônio político em sua defesa fora dos autos? Ou de exercício de liberdade de associação? Esta discussão vai além do cabimento ou não da prisão preventiva.

Há exemplos internacionais de reações distintas da de Lula. Nicolas Sarkozy, ex-presidente da França, foi detido preventivamente para interrogatório. Jacques Chirac foi condenado. O ex-primeiro ministro de Portugal José Sócrates foi detido. Ehud Olmert, ex-primeiro ministro de Israel, foi condenado a 18 meses de prisão. Otto Pérez, ex-presidente da Guatemala, foi preso preventivamente acusado de suborno, associação ilícita e fraude fiscal.

Ninguém partiu da decisão judicial para escalar eventual conflito político latente. Nem destruíram provas.

Lula pode pedir habeas corpus preventivo. A decisão da juíza pode ser revista por instâncias superiores. O tempo da política é instantâneo. O tempo do direito é longo.

De resto, de acordo com a lei orgânica da magistratura, é dever do juiz: "cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições legais e os atos de ofício".

Não é o caso de falta de independência e serenidade. Exatidão é o desafio.

JOAQUIM FALCÃO, mestre em direito pela Universidade Harvard (EUA) e doutor em educação pela Universidade de Genebra, é professor da FGV Direito Rio

FOLHA DE S. PAULO

ANDRÉ SINGER

12 MAR 2016

Solução manca

O intempestivo pedido de prisão de Lula por promotores de São Paulo anteontem talvez objetive aumentar a participação nas manifestações de amanhã. Tal como o passo em falso do juiz Sergio Moro ao autorizar a condução coercitiva do ex-presidente na sexta (4), estimula a gana que determinados setores de classe média cultivam em relação ao líder popular. Tais iniciativas podem ter êxito imediato, mas os custos futuros serão enormes.

Está em andamento um gigantesco mecanismo voltado para tirar de cena algumas de suas forças fundamentais. Atenção: constatar a onda que se forma não implica elidir as revelações da Lava Jato. No plano jurídico, cada um terá que explicar e pagar por eventuais erros cometidos. A questão é perceber as consequências de transformar um inquérito republicano em caça às bruxas.

Pode-se argumentar que promotores são pagos para investigar e acusar, e a esquerda sempre foi favorável a um Ministério Público forte e independente. Mas há algo de profundamente errado quando as acusações ficam centradas em apenas um dos lados do jogo polar que o partido dos pobres e o partido da classe média disputam no Brasil.

Investigações técnicas, conduzidas com discrição e equilíbrio, para apurar todos os partidos envolvidos no que se mostra como o sistema tradicional da política brasileira devem ser apoiadas. Mas a seletividade, o atentado aos direitos individuais, a hiperdivulgação de alguns fatos em detrimento de outros estão transformando o que poderia ser um avanço institucional em ameaça golpista, no sentido de usar truques para eliminar um dos participantes da peleja.

Em consequência, altos líderes tucanos, milagrosamente preservados de todas as acusações, preparam-se para voltar ao poder. Cogitam um possível governo Michel Temer, em caso de impeachment. Ou um semipresidencialismo, em que ocupariam o posto de primeiro-ministro sob a presidência de uma Dilma convertida em rainha da Inglaterra.

Já articulam um programa liberal na economia, com reforma da Previdência e desmontagem da CLT. Propõem também reformas institucionais para diminuir o número de partidos e reintroduzir o financiamento empresarial de campanha. Nesse balaio entrariam todas as correntes (PMDB, PSB, PRB etc.), desde que dispostas a eliminar o lulismo.

Os luminares do PSDB esquecem que a democracia brasileira não funciona sem um forte partido autenticamente popular, o partido dos pobres. Foi assim com o PTB, depois, com o MDB, e hoje com o PT. Soluções que deixam a base da sociedade sem opção têm voo curto. Será possível que tenham desaprendido essa lição fundamental justamente aqueles que a formularam meio século atrás?

ANDRÉ SINGER escreve aos sábados nesta coluna.

12 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Pirotecnicia e Justiça

LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO

**No plano da propaganda,
tão bem usada pela Lava
Jato, a condução de Lula
pode ter sido passo em falso**

A CONDUÇÃO coercitiva de Lula era necessária? Se intimados para prestar depoimento, testemunhas e investigados têm obrigação de comparecer. Se faltarem, podem ser conduzidos sob vara. Caso contrário, não há motivo.

A investigação pode surpreender o investigado. Se presentes os requisitos legais, medidas de força, além da prisão provisória ou preventiva, como busca e apreensão e quebras de sigilo, correm em segredo, sem notificação do suspeito. Com depoimento é diferente.

A lei 12.850/13 (define organização criminosa e os meios de investigação criminal) prevê que, determinado o depoimento do investigado, seu defensor terá assegurada a prévia vista dos autos, ainda que sigilosos, no prazo mínimo de três dias que antecedem ao ato.

O significado é claro. O investigador revela os motivos da suspeita antes de submeter alguém à inquirição. Esse argumento, aliado ao direito de o suspeito silenciar, mostra que a condução, além de drástica, é inútil.

Lula acusa a Lava Jato de pirotecnicia. O espetáculo é parte das operações. Presos são removidos sem algemas, mas invariavelmente caminham com as mãos para trás ou para frente como se estivessem algemados. Os ambientes e as pessoas focadas pela Polícia Federal de Curitiba não oferecem, aparentemente, risco de resistência que justifique tamanho aparato de intimidação. Não se trata de gangue armada.

Policiais inteiramente de preto, a vestimenta impecável com detalhes

amarelos e reluzentes, as viaturas negras e as inscrições douradas: parece cinema. Por outro lado, o Power Point de tabelas, fluxos de cifras bilionárias e organogramas complexos confere às acusações potencial de credibilidade.

No plano da propaganda, tão bem utilizada pela força-tarefa, a condução de Lula pode ter sido um passo em falso: levou a peleja para um campo em que ele transita como poucos, a oratória. Sem explicar as relações promíscuas que afetam sua imagem, pôde assumir papel de vítima, fazer defesa emocional do seu legado político e reanimar (se é que é possível) seus seguidores.

A nota de esclarecimento do Ministério Público Federal lembra 117 mandados de condução coercitiva na Lava Jato sem que a legalidade fosse questionada. Mas as medidas eram destinadas ao terceiro escalão de suspeitos; o destaque das operações eram ordens de prisão. Os atingidos, por outro lado, não reclamavam porque não se reclama do que é menos gravoso. Poderia ser pior.

As duas pontas estão em xeque. Se o cerco crítico à Lava Jato se amplia com o ritual contra Lula, verifica-se que o ex-presidente não é mais intangível. Em outra frente, o Ministério Público de São Paulo formalizou a acusação de crimes. Se a denúncia for rejeitada, a posição de Lula se fortalece. Se for aceita pela Justiça, mesmo indeferindo o inconsistente pedido de prisão preventiva que alcança mulher e filho — o que reduziria a sensação generalizada de exagero —, ele vira réu.

Os promotores citam a teoria da “cegueira deliberada” para emparelhar o ex-presidente.

Desenvolvida no direito norte-americano, permite punir quem intencionalmente desconhece ou ignora acontecimentos ilegais que ocorrem no seu entorno.

Além de tudo que aflige Lula, o governo que poderia socorrê-lo vai se esfacelando dia após dia.

lfcarvalhofilho@uol.com.br

13 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Presidente do STJ decidiu sobre processos em que seu filho atuou

Ministro Francisco Falcão foi favorável às partes representadas pelo advogado Djaci Falcão Neto



O presidente do STJ, Francisco Falcão, durante seminário internacional no ano passado

**Código de Processo Civil
proíbe que magistrados
exercam suas funções
quando parentes
estiverem envolvidos**

CONTINUA

AGUIRRE TALENTO
DE BRASÍLIA

O presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), ministro Francisco Falcão, proferiu decisões em processos nos quais o advogado de uma das partes era o seu filho, Djaci Alves Falcão Neto.

A **Folha** localizou quatro decisões de Francisco Falcão, como presidente do órgão, em processos do filho, todas favoráveis à parte representada por Djaci Falcão Neto.

O Código de Processo Civil proíbe que magistrados exerçam suas funções no processo “quando nele estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou qualquer parente seu”. Normalmente, quando isso acontece, o juiz se declara impedido.

Esses quatro processos eram recursos movidos contra empresas do ramo de transportes defendidas por Djaci Falcão Neto. Em todos os casos, seu pai rejeitou os recursos, favorecendo Djaci.

Em dois desses processos, Francisco Falcão proferiu decisões e, menos de dois meses depois, se declarou impedido, anulando as decisões que ele próprio havia dado.

Isso, porém, atrasou a tramitação dos recursos, porque os processos só depois foram enviados a outros ministros.

Um terceiro processo foi bem mais demorado: Falcão decidiu em dezembro de 2014 e só se declarou impedido em fevereiro deste ano, anulando o entendimento anterior. Caberá agora a outro ministro do STJ cuidar do caso.

Neste caso, ele negou um recurso contra a empresa Rápido Luxo Campinas, defendida por Djaci.

A empresa foi acusada de ter sido responsável pela morte de um motociclista, em São Paulo, em colisão com um ônibus da empresa.

Movida por familiares do motociclista, a ação pedia indenização e foi considerada improcedente na primeira instância.

O recurso, porém, foi rejeitado por Francisco Falcão por uma questão burocrática: argumentou que as autoras não pediram ao STJ a extensão do benefício da Justiça gratuita, do qual elas já gozavam em primeira instância por terem baixa renda.

Por fim, em um quarto processo, o ministro do STJ decidiu e jamais se declarou impedido.

Em outubro de 2014, Francisco Falcão rejeitou um recurso contra a Sambaíba Transportes sob o mesmo argumento do processo anterior, de que a autora não pediu a extensão da Justiça gratuita.

A autora recorreu contra Falcão, que jamais anulou a sua decisão. Cinco meses depois, outro ministro, Ricardo Cueva, reformou a decisão e entendeu que caberia, sim, a análise do recurso.

Porém, ao entrar no mérito, no qual a autora pedia aumento na indenização de R\$ 1.000 por danos morais ao ter caído de um ônibus, o ministro Cueva disse que não caberia ao STJ rever as provas e negou mudança no acórdão.

ESCRITÓRIO

O filho do presidente do Superior Tribunal de Justiça é sócio do escritório Djaci Falcão Advogados Associados. Uma filha, Luciana Tavares Falcão, também é sócia do estabelecimento.

Djaci aparece como advogado em 75 processos no STJ. Luciana, em 30 processos na corte. Empresas são seus principais clientes. Em seus currículos, Djaci e Luciana dizem ter pós-graduação na área de direito público.

Segundo a página do escritório, o nome não é por causa do filho de Francisco Falcão, mas sim de seu pai, Djaci Alves Falcão, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, que morreu em 2012.

>OUTRO LADO<

Falcão diz que não viu o filho entre as partes

O presidente do STJ, Francisco Falcão, informou por meio de sua assessoria jurídica que houve falhas na checagem do impedimento dos processos.

Falcão afirmou que tomou as decisões com base apenas no mérito e que, por isso, não viu que seu filho estava entre os advogados das partes.

Sua assessoria informou que há uma busca manual dos impedimentos nos processos que vão para o presidente e que por isso ocorreram as falhas.

No caso do processo em que ele decidiu e não se declarou impedido depois, a assessoria disse que só percebeu que era caso de impedimento depois que o recurso já havia sido julgado.

Falcão disse ser contra a atuação de filhos em tribunais onde o pai é magistrado. “Quando eu era corregedor nacional de Justiça eu propus ao ministro Joaquim Barbosa [do Supremo Tribunal Federal] uma resolução vedando parentes até o terceiro grau de advogar no tribunal em que o pai atua”, afirmou.

Segundo ele, a proposta não foi adiante porque Barbosa achou que o Supremo ia declará-la inconstitucional.

Por meio de sua secretária no escritório, Djaci Falcão Neto e Luciana Falcão informaram que não tinham nada a declarar sobre o assunto.

O departamento da Sambaíba disse que não cometeria e que Djaci Falcão Neto não advoga mais para a empresa. A **Folha** não localizou representantes da Rápido Luxo Campinas.

13 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

O ASSUNTO É MANIFESTAÇÃO

A nossa geração sobreviveu

KIM KATAGUIRI

Minha geração precisa viver a democracia. Ela nunca experimentou nada além da ditadura da propina implantada pelo PT

Nasci em 1996. Lula venceu sua primeira eleição para a Presidência em 2002. Eu tinha seis anos na ocasião e sonhava ser catador de lixo. Ele tinha 57 e acabara de concretizar o próprio sonho. De lá para cá, 14 anos se passaram.

Desde que tomei consciência de minha própria existência e do mundo a meu redor, o PT está no poder. Em termos de política nacional, os únicos exemplos que vivenciei vieram desse partido. Na República, os únicos valores que vi colocados em prática foram os petistas.

Enquanto Lula aparelhava o Estado, eu estava no quintal de casa, fingindo ser um dos heróis da série "Power Rangers". No programa, um inimigo ficava gigante quando era derrotado pela primeira vez, causando ainda mais destruição. Os Rangers, então, tinham de utilizar um robô igualmente colossal para combatê-lo.

O que aprendi com o petismo assemelha-se muito ao que aprendi com vilões de séries e desenhos. Existe, é claro, a diferença fundamental de que os petistas têm ambições mais singelas: querem apenas dominar o Estado, não o mundo inteiro.

A estratégia do PT e dos monstros que assombraram minha infância é bem simples. Se seus inimigos o criticam, diga que o fazem única e exclusivamente porque são seus inimigos. Se você for derrotado, volte maior, mais violento e retalie da pior maneira possível. Se um colega começar a prejudicá-lo, elimine-o. A opinião pública pode ser útil para macular a imagem do inimigo com mentiras; se ela, no entanto, se voltar contra você, não há problema. A opinião da vítima não interessa.

A dinastia petista obrigou toda uma geração a engolir a impunidade, a polarização da sociedade e do debate político, o desrespeito sistemático às instituições, o discurso de que, "se todos roubam, não adianta mudar o governo". O PT sonhe os valores da democracia a mim e a outros milhões de jovens.

Pouco importa a idade de Lula, de Dilma Rousseff ou a do PT. O que importa é que eles representam a velha política. Seus valores são decadentes. E, na prática, eles foram tudo o que experimentei na política brasileira.

Eu estava apenas com seis anos quando eles começaram. Não tinham o direito de tentar solapar o respeito às instituições, à democracia, à liberdade. Tentaram privar-me de valores fundamentais que eu nem conhecia.

Minha geração precisa viver a democracia. Ela nunca experimentou nada além da ditadura da propina implantada pelo PT. Nunca viu um diálogo entre o governo e o Congresso. Jamais assistiu ao Estado atender aos interesses da sociedade. Conhece apenas o ente estatal privatizado, propriedade de um partido.

Hoje, dia 13 de março de 2016, temos a esperança de viver os valores que nos foram roubados. Não estaremos nas ruas apenas por conta da corrupção ou da incompetência do governo mas para demonstrar nossa revolta contra todos os vícios que macularam nossa República e que têm tudo para estragar toda uma geração.

Hoje começa a contagem regressiva para o fim do governo petista e o começo de um novo tempo para a democracia.

Com seis anos, eu lutava contra monstros que eram derrotados e voltavam gigantes. Lula, depois de ter sido derrotado no mensalão, voltou ainda maior no petrolão.

Os Rangers uniam-se e fundiam seus veículos para compor o robô gigante. Precisamos de algumas centenas de milhares de brasileiros para montar o nosso.

KIM KATAGUIRI, 20, é coordenador do Movimento Brasil Livre - MBL e colunista da Folha

CONTINUA

13 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Golpe está fadado ao lixo da história

LINDBERGH FARIAS

A peça de impeachment contra Dilma, que o Brasil inteiro viu Eduardo Cunha acolher por pura vingança, é incapaz de citar um único fato desabonador de participação direta da presidente. É público e notório, e até os juristas defensores do impeachment admitem envergonhados, inexistir comprovação de dolo ou participação direta da presidente em quaisquer crimes.

O jurista Dalmo Dallari já respondeu a essa questão, arguindo o artigo 85 da Constituição, ao demonstrar que ali está escrito claramente que “crimes” são “os atos” do presidente. Não havendo os atos, a intenção expressamente manifestada, não se caracteriza o crime.

Dilma não cometeu crime e é muito mais honesta que seus algozes.

O que há são denúncias vazias em torno das tais “pedaladas fiscais”. Caso pedaladas acarretassem perda de mandato, a maioria dos governadores e prefeitos, de todos os partidos, igualmente seria cassada. Foi e é prática corriqueira.

O voto do parecer do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) na Comissão Mista de Orçamento, favorável à aprovação das contas de Dilma em 2014, após consulta a especialistas, desmonta brilhantemente o argumento das pedaladas. Não houve crime nem dolo, pelo simples motivo de a pedalada não configurar contratação de crédito, mas atraso de pagamento. Ademais, a Presidência não é a responsável legal pela execução

Nos dias de hoje, tenta-se voltar às campanhas golpistas do passado pela deposição de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek

das despesas orçamentárias.

Particpei ativamente da campanha pela destituição de Fernando Collor. Posso testemunhar que a proposta de impeachment só prosperou após serem colhidas, por uma CPI Mista do Congresso, provas documentais e testemunhais de tantas fantasmas administradas por PC Farias, que, entre outros delitos, repassava dinheiro para cobrir gastos pessoais, inclusive para subsidiar despesas da residência oficial.

Contra Dilma não há nada. Pode-se discordar de seu governo, mas ninguém contesta sua honestidade. Não existem, portanto, parâmetros históricos de comparação entre as campanhas de impeachment de Collor, em 1992, e as tentativas canhestas de deposição de Dilma.

Na época, o Brasil uniu-se para afastar Collor. As provas eram claras para todos. A campanha do impeachment de hoje divide tragicamente o país, criando uma crise política permanente e paralisando a economia. Decidiu-se primeiro que Dilma não pode governar. Buscou-se depois um pretexto qualquer para o impeachment.

Neste domingo ocorrerão mani-

festações em todo o Brasil. Respeito todas por formação democrática. Discordo democraticamente, todavia, de quem não se constrange em participar de passeatas com bolsos da vida, que em pleno século 21 defendem a volta à ditadura.

No dia 18, os movimentos sociais e a Frente Brasil Popular irão às ruas contra o golpe. Lá, ao contrário, seremos todos pela democracia e o Estado democrático de Direito.

Nos dias de hoje, tenta-se voltar às campanhas golpistas do passado pela deposição de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. O espírito do Galeão baixou em Congonhas, com suas conduções coercitivas ilegais, vazamentos seletivos e prisões provisórias arbitrárias.

Em 1954, na República do Galeão, como ficou conhecido o inquérito dirigido por integrantes da FAB à revelia das autoridades constituídas, a deposição do presidente era conspirada e depois partia-se para arranjar um pretexto.

Espalhava-se que o governo de Vargas — cuja honestidade pessoal a pesquisa histórica comprovou — estava afogado em “um mar de lama”. Resultado: o presidente ofereceu o próprio corpo em sacrifício e adiou o golpe por dez anos.

A República do Galeão já passou. A de Congonhas não passará de uma tenebrosa transação fadada à lata de lixo da história. É golpe contra o Brasil.

LINDBERGH FARIAS, 46, é senador pelo PT-RJ

13 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Acusação a Lula é técnica, diz procurador

Chefe do Ministério Público de SP defende promotores e diz que denúncias contra petista não têm viés político

Em nota, Elias Rosa afirma que as acusações contra o ex-presidente não têm qualquer ligação com protestos

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Márcio Elias Rosa, emitiu uma nota neste sábado (12) em que rebate as críticas de que o pedido de prisão do ex-presidente Lula teria seguido uma lógica política e um calendário atrelado aos protestos contra a presidente Dilma Rousseff (PT), marcados para este domingo (13).

“O Ministério Público segue uma lógica técnica, não política”, disse Rosa em entrevista à **Folha**.

A data da apresentação da denúncia, segundo ele, foi uma decorrência da conclusão do trabalho, sem qualquer relação com protestos.

“As críticas da comunidade jurídica e da imprensa não justificam colocar em dúvida o compromisso ético dos promotores”, afirma.

O pedido de prisão e a denúncia contra o ex-presidente Lula foram apresentados à Justiça nesta quarta-feira (10). Lula é acusado de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. Ele teria sido beneficiado pela OAS com um apartamento triplex em Guarujá (SP), que foi reformado para a família do ex-presidente, mas continuou em nome da empreiteira. A defesa de

Lula diz que ele visitou o imóvel, mas desistiu da compra.

As acusações, assinadas pelos promotores Cassio Conserino, José Carlos Blat e Fernando Henrique Araújo, foram alvo de ataques de petistas, pesquisadores de direito, procuradores da Lava Jato e até de tucanos que defendem o impeachment de Dilma.

Os críticos dos promotores consideram as duas peças falhas tecnicamente e oportunistas do ponto de vista político, por terem sido apresentadas às vésperas do protesto a favor do impeachment.

Essa crítica, de acordo com a nota divulgada por Rosa, não faz sentido porque o trabalho dos promotores “não tem conteúdo ideológico nem partidário”.

Na manifestação, o procurador-geral de Justiça defende o Ministério Público de São Paulo por considerar que é “inegável a contribuição de todos os seus membros ao aperfeiçoamento do sistema de Justiça, da aplicação adequada da lei e do mais elevados preceitos éticos”.

Ainda de acordo com a nota assinada por Rosa, a atuação dos promotores “realiza-se sob o pálio da independência funcional e vertida unicamente do compromisso de imparcialidade em relação às pessoas e aos fatos”.

DIVISÃO

Na nota, o procurador-geral de Justiça defende que é preciso “zelar pela unidade institucional, pelo respeito mútuo e pelo efetivo respeito à independência funcional”.

O procurador-geral é chefe do Ministério Público, mas ele não tem poderes para interferir no trabalho investigativo dos promotores porque eles gozam de “independência funcional”.

Essa proteção visa evitar que promotores sejam perseguidos pela cúpula do Ministério Público ao investigar políticos de determinado partido, por exemplo.

A conclamação de Rosa à unidade tem uma motivação prática. O pedido de prisão e a denúncia contra Lula já provocaram o surgimento de dois manifestos de promotores e procuradores: um contra as peças, com cerca de cem assinaturas colhidas em dois dias, e um a favor do trabalho de Conserino, Blat e Araújo, cujo número de apoiadores é desconhecido até a tarde deste sábado (12).

Rosa afirma ainda que “é louvável que a opinião pública e a comunidade jurídica dediquem atenção e procedam à verificação da atuação do Ministério Público, não sendo razoável, entretanto, a realização de crítica à instituição e a todos os seus membros, alimentando iniciativas orientadas à revisão da legislação em vigor”.

De maneira velada, Rosa critica aqueles que querem reduzir o poder de investigação dos promotores e que já haviam sido derrotados em 2013 com a rejeição da emenda constitucional que ficou conhecida como PEC 37. Essa emenda visava limitar o trabalho do Ministério Público.

FOLHA DE S. PAULO

Há um golpe no forno

ELIO GASPARI

**É um estranho golpismo,
com mão de gato, usa uma
crise que envolve corruptos
para mudar as instituições**

13 MAR 2016

Deve-se à Constituição de 1988 a independência do Ministério Público e graças a ela existe a Lava Jato. Alguns dos larâpios apanhados são grandes empresários. Outros, servidores de empresas estatais. Além deles, o procurador-geral Rodrigo Janot pediu a abertura de inquéritos envolvendo 22 deputados e 12 senadores. Pela primeira vez desde que Cabral deixou um degredado no Brasil, a oligarquia política, burocrática e empresarial foi ferida, exposta e encarcerada.

A Constituição de 1988 e o regime democrático permitiram o impedimento do presidente Fernando Collor, a posse de Itamar Franco e, anos depois, a nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, iniciando um período de reformas que restabeleceu o valor da moeda e modernizou alguns setores da vida nacional.

A Carta de 1988 tem defeitos e passou por mais plásticas que a atriz Kim Novak, mas funciona. Ela é clara: as eleições presidenciais realizam-se a cada quatro anos e assume quem tiver mais votos. Assim assumiram Fernando Henrique Cardoso, Lula e a doutora Dilma. Se o Congresso resolver encerrar o mandato do presidente, assume o vice. Assim foi com Itamar Franco. Hoje, assumiria Michel Temer.

A Constituição também determina que o Tribunal Superior Eleitoral pode cassar o mandato de uma chapa eleita e há um processo em curso nesse sentido. Se as acusações prevalecerem, Dilma e Temer vão para casa e, em até 90 dias, elege-se um novo presidente, com o voto de todos os brasileiros. Nada mal. (Caso a cas-

sação ocorra no ano que vem, a eleição será indireta, votando apenas senadores e deputados.)

Desde a semana passada, com o agravamento da crise política e econômica, surgiu a ideia de uma reforma do regime, chegando-se a um parlamentarismo ou a uma excentricidade chamada de "semipresidencialismo" ou "semiparlamentarismo". Algo tão vago quanto uma semibicicleta. A proposta foi enunciada, de forma genérica e superficial, pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Outro defensor da tese é o vice-presidente Michel Temer, que acumula a condição de pretendente ao trono (no caso do impedimento) com a de cliente da lâmina (no caso da cassação).

É golpe.

O parlamentarismo já foi rejeitado pelo brasileiros em dois plebiscitos, em 1963 e 1993, sempre por maioria acachapante. Com 77% a 17% dos votos num caso e 55% a 25% no outro.

Corre por aí que semipresidencialismo replicaria a experiência francesa. O paralelo é falso como um depoimento de comissário petista. Na França existia um regime parlamentar puro e caduco, até que, em 1958, no meio de uma guerra perdida e depois de um levante militar, o general De Gaulle tornou-se primeiro-ministro, com poderes emergenciais. Passados três meses, ele submeteu um projeto de Constituição ao povo francês e conseguiu 79,2% dos votos. A reforma de De Gaulle fortaleceu o presidente e enfraqueceu o Congresso. Ela entrou em vigor depois do referendo, não antes. O contrário do que se quer fazer no Bra-

sil. (Quem souber o nome do atual primeiro-ministro francês ganha uma viagem à Disney.)

Em condições normais de temperatura e pressão, a manobra do semiparlamentarismo é inconstitucional. Ela precisa buscar na crise a legitimidade da emergência. O que se quer não é copiar as instituições francesas, mas reciclar uma gambiarra do andar de cima brasileiro. Pretende-se replicar 1961, quando no meio de uma crise política e militar aprovou-se em poucos dias o regime parlamentarista para mutilar os poderes de João Goulart. Foi golpe.

Quando se respeita a Constituição, as crises ajudam a fazer grandes mudanças. A posse de Itamar Franco e a eleição de Tancredo Neves são dois exemplos recentes. Havia a crise, preservou-se o regime e foi-se em frente.

Recuando-se no tempo, o vagão da crise reformadora entra num Trem Fantasma. Em 1968, uma crise das ruas foi usada por uma conspiração palaciana para jogar o país na ditadura escancarada do AI-5. Recuando mais um pouco, chega-se a 1964. O marechal Castelo Branco achava que a crise colocara-o na Presidência para fazer grandes reformas. As fez, mas a anarquia militar que cavalgou legou ao país o desastroso governo de Costa e Silva. Viveu o suficiente para perceber a armação do colapso de sua ditadura envergonhada.

CONTINUA

13 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O carço do golpe está no desejo de se dar o poder a quem não tem voto. De Gaulle mostrou que os tinha. Se a ideia é boa e se Dilma e Temer forem cassados, qualquer cidadão brasileiro pode se eleger presidente propondo sua plataforma reformista. Durante a campanha eleitoral de 1994, Fernando Henrique Cardoso elegeu-se propondo reformas, inclusive a da Previdência, e a fez, com o apoio da CUT.

O semiparlamentarismo daria mais poderes a um Congresso de 594 deputados e senadores. Deles, 99 têm processos à espera de julgamento do Supremo Tribunal Federal. São 500 os inquéritos em andamento, inclusive os que tratam dos atuais presidentes da Câmara e do Senado.

13 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

FRASES

SERGIO MORO

Numa democracia, não existe nós e eles. Existe nós. A democracia somos nós, ainda que tenhamos opiniões divergentes

juiz que conduz os processos da Lava Jato, pedindo que todos os participantes das manifestações ajam sem violência

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO

Deliberadamente, [Lula] ignorou a origem delituosa dos valores empregados no condomínio e que lhe geraram um benefício patrimonial

trecho de pedido de prisão preventiva do ex-presidente Lula, que trata de reforma de triplex pela empreiteira OAS, que teria beneficiado o petista

As atuais condutas do denunciado certamente deixariam Marx e Hegel envergonhados

menção aos filósofos alemães, que virou motivo de chacota nas redes sociais; Marx escreveu obras em parceria com Friedrich Engels

14 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Lava Jato incendeia a rua e Moro é tratado como herói

Reverenciado por ações contra Lula,
juiz pede que políticos que ouçam as ruas

**Antipetismo e
desilusão com a
recessão eram razões
mais comuns para
defesa do impeachment**

O avanço da Lava Jato em direção ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à campanha de Dilma Rousseff incendiou a rua neste domingo, produzindo o maior ato político já registrado no país e dando novo impulso aos apelos pelo afastamento da presidente da República.

Segundo o Datafolha, 500 mil pessoas participaram da manifestação em São Paulo.

Dos protestos emergiu a figura do juiz Sergio Moro, tratado como herói nacional aos olhos da multidão.

O magistrado foi reverenciado por decretar a condução coercitiva de Lula e as prisões de empreiteiros e do marqueteiro das campanhas do PT, João Santana.

Nos discursos da tarde, oradores se revezavam pedindo o impeachment, cassação ou renúncia da presidente. E cadeia para Lula.

No caminhão do Vem Pra Rua, nomes dos deputados paulistas que não declararam apoio ao impeachment foram lidos, um a um, e fortemente vaiados a cada pausa.

No do MBL (Movimento Brasil Livre), oradores repe-

tiam que o tamanho da manifestação traria os votos necessários para o impeachment de Dilma.

Foi a primeira vez que caciques da oposição apareceram na Paulista, mas as reações da multidão variaram entre desprezo e hostilidade ao que consideraram oportunismo por só terem aderido aos protestos agora (leia na página 11).

'MOROMANIA'

Onipresentes, o nome e o rosto de Moro estampavam camisetas, máscaras e faixas.

No caminhão do Revoltados Online, onde discursos inflamados se alternavam com um show de rock, havia um imenso poster do magistrado ostentando a faixa presidencial.

Sem exceção, nos 11 palcos espalhados pela avenida, o nome do juiz era motivo de aplausos a cada citação.

"O Moro é corajoso e competente. Um grande patriota, e nós estamos muito carentes de pessoas assim", afirmou o aposentado Almir Reinaldo da Silva, 66.

Como muitos, ele segurava um cartaz escrito à mão, com elogios ao magistrado.

De Curitiba, onde corre a maioria das ações da Lava Jato, o juiz soltou uma nota onde se disse "tocado" pelo apoio às investigações.

No texto, Moro tributou as referências ao seu nome à "bondade do povo brasileiro" e ao êxito de um "trabalho institucional robusto", junto com a PF e procuradores.

Na nota, ele pediu que as autoridades e os partidos políticos "ouçam a voz das ruas" e "cortem na própria carne" no combate à corrupção.

CLASSE MÉDIA NA RUA

A estética dominante foi amarelo-ouro, numa profusão de camisas da seleção brasileira, muitas delas resuscitadas após o fiasco da Copa do Mundo de 2014.

No meio milhão de pessoas, a classe média predominava com smartphones e roupas de grife.

Empresários compareceram em massa. Entidades como a Fiesp (Federação das Indústrias de SP) e a Federação das Associações Comerciais mobilizaram seus associados.

Dezenas de empresários dos ramos de comércio e serviços se reuniram na sede do Club Homs, na Paulista.

Eles levaram suas famílias, almoçaram o bufê a R\$ 66,50 da churrascaria Bovinut's e ganharam camisetas amarelas.

"A manifestação é bonita, empolgante, mas só tem classe média, o povão não veio", avaliou o presidente de um banco estrangeiro, que pediu para não ser identificado.

CONTINUA

14 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

DESILUSÃO ECONÔMICA

O antipetismo estava por todos os lados, mas nem todos os manifestantes eram ideológicos de direita.

A desilusão com a recessão converteu ex-eleitores do Partido dos Trabalhadores à causa do impeachment.

Em um pequeno grupo, cinco donos de confecção do Brás, tradicional polo da indústria do vestuário da capital, protestavam.

Ricardo Balberde Ferraz, 46, diz viver o pior momento em 22 anos como empresário. Votou em Lula duas vezes.

“Em 2014, eu tinha 25 funcionários, hoje são só sete. Se alguma coisa não for feita, vou ter que demitir de novo ou fechar”, contou.

Ferraz e os amigos produziram 300 camisetas para distribuir. Na estampa, o rosto do juiz da Lava Jato com a inscrição “In Moro We Trust” (“nós confiamos em Moro”).

(GRACILIANO ROCHA, ARTUR RODRIGUES, BELA MEGALE, BRUNO FÁVERO, CAROLINA LINHARES, CÁTIA SEABRA, DAVID FRIEDLANDER, GIBA BERGAMIM JR., MARIANA CARNEIRO, MARIO CESAR CARVALHO, PAULA REVERBEL)

14 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Tantos querem o impeachment. Dizem que o governo é corrupto e que o país parou, mas não se aponta crime algum cometido pela presidente. Tirando o PT, tudo pode. Pode Temer, pode Renan, pode Cunha, pode Lava Jato, pode Ministério Público de São Paulo. Pode lobby, pode até coroação da filha de um ministro do STF como desembargadora. Tudo pode, desde que não seja do PT. E assim seguirão todos, felizes para sempre, no mesmo mar de lama que vivemos.

LUCIANO SOUZA (São Paulo, SP)

14 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

ATÉ ELA

A decisão da ministra Rosa Weber, do STF (Supremo Tribunal Federal), que foi contrária a pleito do ex-presidente Lula que reclamava de ser investigado por diferentes promotores, funcionou como alerta máximo. “Se nem pro Lula uma ministra como ela, indicada pelo ex-marido da Dilma [Carlos Araújo], dá razão, imagine para nós”, diz senador amigo de Calheiros.

BALDE

A saída de Dilma, no mesmo raciocínio, teria o condão de “esfriar” as investigações da Lava Jato. Há uma crença de que parte da imprensa retiraria o combustível que respaldaria hoje praticamente todas as ações de investigadores e do juiz Sergio Moro.

PESO

“Aliviaria, baixaria a pressão”, disse à coluna magistrado de Brasília com bom trânsito entre os colegas. As cortes superiores têm endossado hoje quase todas as decisões de Moro.

14 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

MARIA CRISTINA FRIAS

Ordens da Justiça sobre pagamentos de precatórios fazem busca aumentar

Decisões recentes da Justiça que determinam que órgãos públicos devem pagar mais precatórios e com uma frequência maior deram força ao mercado secundário.

Precatórios são pagamentos que o Estado precisa fazer a pessoas físicas e jurídicas para atender a ordens judiciais. Há um mercado paralelo de compra do direito de receber com descontos.

Com a crise, cresceu a procura pela transação. Quem vende precisa de dinheiro.

O interesse pela compra aumentou desde que, no ano passado, o Supremo Tribunal Federal determinou que todos os órgãos públicos devem zerar suas dívidas até dezembro de 2020.

No começo de 2016, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu que o governo e as prefeituras precisam depositar os pagamentos mensalmente, e não uma única vez no fim do ano.

Ao Estado de São Paulo foi ordenado um aumento de cerca de R\$ 2,06 bilhões pa-

ONDE ESTÁ A DÍVIDA

Precatórios a pagar

Esferas de governo e administração indireta, em R\$ bilhões

Estados	48,13
Municípios	32,55
Autoridades e órgãos públicos	6,88

Porcentagem da dívida em relação ao PIB da região

Sul	2,65
Sudeste	3,4
Centro-Oeste	1,1
Nordeste	1,37
Norte	1,87

Fonte: CNI

ra R\$ 3,88 bilhões por ano.

Adquirir um precatório como investimento é uma operação de alto risco, segundo Marcelo Gatt Reis Lobo, presidente da comissão da OAB-SP que trata do assunto.

“Pode ser difícil receber. Já houve atos que deram prioridade de pagamento a quem tinha pequenos valores”, diz ele. Quem aguardava somas

maiores, como as empresas, ficaram mais tempo na fila.

O prazo do depósito dos precatórios é “no futuro distante e incerto”, diz Lobo.

Outro risco é a possibilidade de as decisões dos tribunais serem revistas, diz Pedro Cafaro, do Trench, Rossi e Watanabe. “Há ainda a chance de governos ficarem sem caixa”, afirma.

STJ autoriza diligências para investigar Beto Richa

13 MAR 2016

Dinheiro desviado da Receita Estadual teria abastecido a campanha de reeleição do atual governador em 2014

BRASÍLIA

Catarina Scortecchi

● O ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), autorizou diligências no inquérito 1093, que apura o envolvimento do governador do Paraná Beto Richa (PSDB) no esquema de corrupção na Receita Estadual revelado pela Operação Publicano. O principal delator do caso, o auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, afirmou entre abril e maio de 2015 — e recentemente endossou em audiências na Justiça Estadual em Londrina — que parte do dinheiro desviado abasteceu a campanha de reeleição do tucano, em 2014.

A Operação Publicano, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaco) de Londrina, já rendeu seis ações penais e cinco ações cíveis no primeiro

grau da Justiça Estadual. O trâmite de uma das ações penais — referente à Operação Publicano II — permanece suspenso, por determinação do Tribunal de Justiça do Paraná. Já a ação penal referente à Operação Publicano I está em fase de audiências neste mês.

Foro privilegiado

Como Richa detém foro especial, devido ao cargo no Executivo, ele não pôde ser investigado pelos promotores de Justiça de Londrina e o caso foi repassado à Procuradoria Geral da República (PGR), em Brasília, que, com o aval do STJ, tem competência para apurar o envolvimento do tucano no caso.

OSTJ recebeu o pedido de abertura de inquérito em 21 de janeiro deste ano, mas, somente na última segunda-feira (7), o relator do caso, ministro Noronha, autori-

zou diligências solicitadas pela PGR dentro da peça investigatória. No STJ, em manifestações consideradas “de praxe”, os ministros não têm negado o prosseguimento de inquéritos do tipo.

No caso de Richa, a reportagem apurou que a PGR terá um prazo de 20 dias para ouvir pessoas envolvidas no esquema. Ainda não está definido se os testemunhos serão colhidos no Paraná — em Londrina ou em Curitiba — ou em Brasília. Nesta fase, Richa não foi chamado para prestar depoimento.

Prazos

Após os 20 dias, a PGR volta a se manifestar. Ela pode pedir mais prazo, novas diligências, solicitar o arquivamento do caso ou oferecer denúncia contra Richa. Caberá a Noronha acatar ou não as petições da PGR. O caso corre em sigilo.

DEFESA SE MANIFESTA

O advogado do governador Beto Richa em Brasília, Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, informou que foi notificado sobre a decisão de Noronha na quarta-feira (9) e disse ver a autorização para as diligências “com normalidade”. Em nota oficial, Richa negou qualquer envolvimento. “Não tenho nada a temer. Todas as doações recebidas pela minha campanha foram legais e declaradas à Justiça. Sou o maior interessado no esclarecimento completo dos fatos. Confio na Justiça.”

“Não tenho nada a temer. Todas as doações recebidas pela minha campanha foram legais e declaradas à Justiça.”

Beto Richa, governador do Paraná, em nota oficial.

CONTINUA

12 MAR 2016

13 MAR 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ACUSAÇÃO

Segundo delator, R\$ 4,3 milhões foram destinados à reeleição do tucano

● O auditor fiscal Luiz Antônio de Souza sustenta que pelo menos sete delegacias regionais da Receita Estadual, em Curitiba, Londrina, Maringá, Umuarama, Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa, arrecadaram um total de R\$ 4,3 milhões para a reeleição do tucano. O fiscal está preso, mas, devido ao acordo de colaboração premiada já homologado, ele deve deixar a cadeia em meados deste ano. Outros delatores também tiveram seus depoimentos homologados. O esquema, ainda segundo o delator, era conduzido pelo auditor fiscal Márcio de Albuquerque Lima, que atuou como delegado regional da Receita em Londrina entre janeiro de 2011 e junho de 2014 e depois se tornou inspetor-geral de Fiscalização da Receita, em Curitiba. Lima seguiria as orientações de Luiz Abi Antoun, parente do governador e considerado uma espécie de "eminência parda" no governo tucano. As defesas de Lima e de Luiz Abi Antoun não têm falado com a imprensa.

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

12 MAR 2016

13 MAR 2016

Quadro é negro: delação será o apocalipse?

O torniquete da Justiça sobre os envolvidos na Operação Quadro Negro está cada vez mais apertado — o que significa que deve estar ainda mais próximo o dia em que o dono da construtora Valor, Eduardo Lopes de Souza, “abrirá o bico” em delação premiada. Ele não pensa apenas em si mesmo; pensa na família. Calado, condena a família para continuar protegendo gente muito poderosa no estado.

Eduardo, que recebeu R\$ 20 milhões do governo para construir escolas e, em vez disso, ficou com uma parte e distribuiu outra para políticos e servidores públicos, está preventivamente preso em Piraquara. Já lhe fazem companhia no Complexo Penal o filho Ricardo Baruque e a irmã Viviane. E é possível que nas próximas semanas seja julgado um habeas corpus pedido por sua mulher, Patricia Baggio, atualmente em prisão domiciliar por estar amamentando um filho recém-nascido. Se negado, corre o risco de sair de casa e ir para o presídio.

Pode-se adaptar à situação o velho ditado: família presa unida, permanece unida para recorrer à Justiça. Mas seus esforços têm sido até agora em vão. O último caso de HC negado atingiu a irmã Viviane (aquela que teria tentado subornar funcionárias da Valor para que se mantivessem caladas), julgado no mérito na noite de quinta-feira pela 2.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça. Dias antes, o ministro Ribeiro Dantas, do STJ, também negou habeas corpus para o filho Baruque.

Pais e parentes próximos preocupam-se com este transe familiar e, na última semana, aumentaram a pressão sobre Eduardo para que ele desobedeça a orientação de seus advogados e ofereça logo uma delação premiada que — pelo peso do que tem a revelar — poderia resultar num desfecho favorável para

ele e para a família — do tipo, por exemplo, do que alcançaram alguns colaboradores da Lava Jato, que voltaram para casa sofrendo apenas o incômodo de uma tornozeleira.

Entretanto, as consequências de uma eventual delação por parte do dono da Valor seria devastadora para setores importantes do governo ou muito próximos do Palácio Iguacu. Por exemplo: encontra-se em liberdade o ex-diretor de Engenharia da Superintendência de Desenvolvimento da Educação (Sude),

Maurício Fanini — pessoa cuja atuação, segundo o Gaecco, viabilizou o vultoso desvio de verbas da Educação.

Fanini, como se sabe, figura entre os mais próximos amigos do governador Beto Richa e seria por indicação dele que vários políticos e campanhas foram beneficiados. Logo, uma delação de Eduardo, seguida de provas cabais, terá o poder de complicar a vida de Fanini e de passar o rodo em muitos pisos de mármore que ainda dão ares nobres a alguns importantes gabinetes. Será o apocalipse.

Um brado de guerra

Neste domingo, multidões prometem ocupar as ruas do país em protesto contra o governo. Espera-se que não haja guerra, que os adversários se respeitem e que a violência seja evitada. Por isso, tome-se como figurado o brado que o jurista paranaense René Dotti — um dos mais respeitados criminalistas do país — lançou semana passada diante da plateia que assistia ao ato de filiação ao PV do senador Alvaro Dias. Disse Dotti em discurso: “Se um partido declara guerra, nós vamos à guerra!”

O professor René Dotti, aos 82 anos, dos quais mais de 50 dedicados à advocacia, detém experiência, sabedoria e autoridade moral para falar exatamente o que pensa, ainda que alguns ouvintes, que não conhecem sua história, possam ter se arrepiado com o que ouviram. Lembre-se: nos anos de chumbo da ditadura, enfrentou os militares para defender nos tribunais e na imprensa dezenas de trabalhadores e intelectuais, tidos na época como criminosos em razão da ideologia socialista que professavam.

Suas causas continuam sendo a liberdade e a justiça. E em nome delas apontou razões para a “guerra” que agora quer ver travada: triste é o país que depende de um solitário juiz de direito para impedir um golpe de estado praticado por uma organização criminosa; e em que um ex-presidente afasta o ministro da Justiça para impedir investigações por supostos crimes cometidos por ele.

12 MAR 2016

13 MAR 2016

GAZETA DO POVO

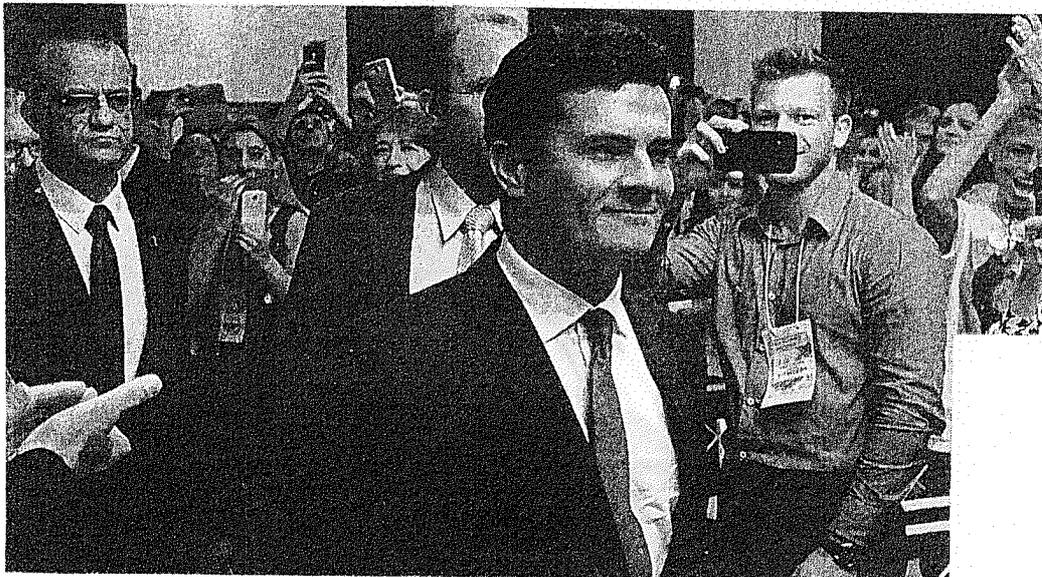
REINALDO BESSA

Somos todos Sergio Moro

Entusiasta da manifestação deste domingo, o chef curitibano Beto Madalosso mandou confeccionar milhares de máscaras com o rosto do juiz Sergio Moro para distribuir aos funcionários de seus dois restaurantes Copacabana. "Tive a ideia de fazer as máscaras para ir na passeata. Se antes não tínhamos um personagem para nos representar, hoje temos. É alguém que está vingando os maus tratos que o Brasil recebeu nos últimos anos", diz ele.

Somos todos Sergio Moro 2

Beto levou a ideia de produzir as máscaras a um amigo dono de gráfica, que se animou e imprimiu dez mil "Moros", bancados por uma vaquinha entre amigos. O chef ficou com a maior parte e distribuiu a amigos, funcionários, parentes e quem mais quisesse. Ele diz ter tido a ideia quando ouviu o juiz dizer em uma entrevista que a Lava Jato só está acontecendo porque ele, Moro, tem o apoio da opinião pública e que se não fosse este apoio não teria como progredir tanto. "Neste sentido, estou atendendo a um pedido dele", justifica.



O juiz Sergio Moro no momento em que entrou no Centro de Convenções da Fiep, na noite de quinta-feira, para dar a palestra de encerramento do 2º Fórum Transparência e Competitividade.

12 MAR 2016
GAZETA DO POVO 13 MAR 2016
**O legado de dois anos
da Lava Jato**

Operação iniciada em 17 de março de 2014 avançou ao aplicar a Lei Anticorrupção e ao integrar os métodos de investigação

| *Katna Baran e Kelli Kadanus*

● Sancionada em 2013, a Lei Anticorrupção nunca foi tão bem aplicada em investigações criminais como na Lava Jato. A operação da Polícia Federal (PF), deflagrada em 17 de março de 2014, representa um divisor de águas na aplicação da lei, de acordo com juristas ouvidos pela reportagem.

A operação, que no princípio investigava grupos de doleiros responsáveis pela lavagem de dinheiro, chegou a patamares inimagináveis ao desmontar um grande esquema de corrupção na Petrobras, levando à prisão diversos políticos, operadores, funcionários públicos e executivos das maiores empreiteiras do país.

Para o advogado Marlus Arns de Oliveira, que atualmente defende quatro réus na operação, o maior legado é a aplicação definitiva da lei 12.850/2013. A Lei Anticorrupção normatizou com limites claros a investigação criminal no que diz respeito a

quebras de sigilo, interceptações telefônicas, escutas ambientais, além de regularizar a colaboração premiada.

“O processo penal era baseado em nulidades. Com a Lei Anticorrupção e os parâmetros claros que ela fixou para a coleta de provas nós passamos a não ter mais um processo penal de nulidades. Passamos a ter que enfrentar o mérito do processo”, explica Oliveira.

Inovações

Entre as inovações trazidas pela Lava Jato está a integração entre PF, Ministério Público Federal (MPF), Receita Federal (RF) e Justiça Federal (JF), o que garante maior agilidade aos processos em primeiro grau. Esse método de trabalho foi regularizado pela Lei 12.850 e tem sido aplicado pela força-tarefa que conduz o caso em Curitiba.

“Os meios [de investigação] continuam os mesmos, mas talvez com uma abordagem um pouco diferenciada. A PF conseguiu trabalhar de maneira mais entrosada com o MPF. Teve momentos em que as ações penais começaram a andar mais rápido que os inquéritos, então passamos a produzir material para instruir também as ações, por exemplo”, cita o delegado Eduardo Mauat.

Essa integração, inclusive, deve virar tendência fora do âmbito federal, segundo a avaliação de Oliveira. “A gente está assistindo a esse mesmo movimento fora da Lava Jato também, nas investigações de crimes econômicos estaduais”, avalia Oliveira.

Mauat observa também que há diversas demandas que a Lava Jato trouxe para o trabalho da PF, como maior organização e processamento de material apreendido. “Foi preciso segmentar equipes para que se pudesse trabalhar em mais de uma atividade simultaneamente”. Houve ainda aperfeiçoamento na seleção de materiais e extração de dados em servidores de grande porte.

INOVAÇÃO IDEOLÓGICA

Para o cientista político da PUC-PR Masimo Della Justina, o maior legado que a Operação Lava Jato vai deixar para a sociedade brasileira é mostrar que todos os cidadãos são iguais perante a lei. “Uma grande inovação que surgiu é que, independentemente do tamanho da empresa ou da importância que ao indivíduo se atribui perante a sociedade, esse caso específico deixou claro que todo mundo é igual perante a lei.”

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Para mudar o país, não basta uma Lava Jato

● Apesar dos avanços trazidos pela Operação Lava Jato, prestes a completar dois anos, ainda há muito o que se fazer para combater a corrupção no país. A operação deflagrada em 2014 pela Polícia Federal (PF) escancarou a maneira como a política é feita no país, mas, para que haja mudança, é preciso mais do que prender e condenar os suspeitos.

“Eu sou bastante cético. Nós estamos falando de um caso na esfera federal e de uma estatal, de poucos ministérios e poucos envolvidos. Mas o Brasil é composto por mais de 5.560 municípios, temos as esferas estaduais, então nesse aspecto seria bom se tivéssemos em cada metro quadrado, em cada instância, também uma Lava Jato”, avalia o cientista político da PUC-PR, Masimo Della Justina.

Para o advogado Marlus Arns de Oliveira, especialista em direito penal econômico e defensor de quatro réus na operação, a Lava Jato já provocou uma mudança de mentalidade no empresariado. “Eu sinto aqui no escritório que os empresários mudaram. Há uma implementação de políticas de compliance, uma preocupação em não cometer crimes. Você tem hoje uma advocacia preventiva que não existia até tempos atrás, que já é reflexo de uma preocupação do empresariado”, avalia.

Apesar da mudança no setor econômico, o advogado ressalta que mudanças nos Poderes Executivo e Legislativo também são necessárias para que a Lava Jato deixe um legado de combate à corrupção no país. “O Judiciário a meu ver está fazendo uma mudança, e a gente não sente, enquanto cidadão, que o Poder Executivo e o Poder Legislativo estão preocupados em mudar. Eles estão parados”, avalia.

DELAÇÕES

“Tem colaborador que é tijolo, e colaborador que é cimento”

● Uma das maiores polêmicas em torno da Operação Lava Jato é a utilização do instrumento da colaboração premiada para investigar. Até agora, segundo o MPF, já foram firmados 49 acordos com a força-tarefa de Curitiba. Através do acordo, os investigados passam a colaborar com as investigações e pagam multas em troca de benefícios como a redução de pena ou perdão judicial.

“Tem colaborador que é tijolo, e colaborador que é cimento, o tijolo é o que traz a informação nova, o cimento é aquele que cola o que a gente já tem. Ele une coisas separadas”, teoriza o delegado Eduardo Mauat, que defende o uso das delações premiadas somadas às provas documentais. “Isso tudo formou um conjunto probatório bastante forte, que levou a novas delações”, observa.

“O Judiciário está fazendo uma mudança, e a gente não sente, enquanto cidadão, que o Poder Executivo e o Poder Legislativo estão preocupados em mudar.”

Marlus Arns de Oliveira, advogado.

Negociação

Com a lei 12.850, que regularizou o uso da colaboração premiada, a tendência é que o direito caminhe para uma Justiça negocial também em outras investigações. “Não dá para gente ver o Direito Penal como sendo algo só para punir”, avalia o professor de direito da UniBrasil Paulo Coen. “A essência do Direito Penal, se fosse só para punir, seria triste demais. Na verdade, ele tenta dar paz social. É saber que, se algum ato foi praticado que viola o direito de alguém, que houve uma resposta”, completa. Para o advogado Marlus Arns de Oliveira, a tendência é que a negociação entre Ministério Público e acusados se aprofunde ainda mais, justamente por causa do aperfeiçoamento das técnicas de investigação, que deixam poucas brechas para nulidades no processo.

12 MAR 2016

13 MAR 2016

GAZETA DO POVO

KELLI KADANUS E KATNA BARAN

12 MAR 2016

13 MAR 2016

DELAÇÕES NÃO PREMIADAS Exclusivo: os bastidores do depoimento de Lula à Operação Lava Jato

Nas cerca de três horas em que prestou depoimento à Polícia Federal (PF), via mandado de condução coercitiva da operação Lava Jato, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se mostrou claramente incomodado com a situação. No período, ele se levantou por várias vezes para buscar café. Também preferiu circular pela sala no Aeroporto de Congonhas, onde foi conduzida a oitiva, ao invés de se manter sentado na maior parte do tempo. Ao menos em uma ocasião, bateu sonoramente em cima da mesa com papéis para chamar a atenção.

O pãozinho “salvador”

Para responder a algumas perguntas, Lula foi irônico e sarcástico. Também rebateu com outras perguntas, como com questionamentos de como andavam as investigações da PF sobre o possível envolvimento de um partido da oposição no esquema. O clima de insatisfação foi amenizado apenas quando os assessores do ex-presidente chegaram com diversas sacolas de comida, justificando que não havia dado tempo de o “presidente” tomar café da manhã. Lula se serviu com um pão francês com recheio desconhecido. O petista ofereceu pães de queijo a todos, mas os integrantes da PF rejeitaram o agrado, afirmando que já haviam tomado café da manhã.

Fala, Moro I

O juiz Sergio Moro participou nesta semana de dois encontros com empresários. O primeiro, na quarta-feira, ocorreu no Castelo do Batel, local conhecido pelas festas promovidas pela alta sociedade curitibana. O encontro do Grupo Lide era em formato de jantar-debate. O magistrado iniciou a fala com uma brincadeira: “Eu gosto desse formato porque, se a palestra não valer em nada, pelo menos vale o jantar”. Enquanto

empresários, juristas e políticos se esbaldavam com champanhe e mignon, Moro exaltou que o combate a corrupção deve partir do próprio empresariado em não aceitar propina.

Fala, Moro II

Ao final do evento de quarta, os convidados puderam fazer perguntas ao magistrado. Um deles, o deputado federal Índio da Costa (PSD-RJ), questionou como poderia colaborar, como parlamentar, na aprovação do projeto de lei das Dez Medidas Contra a Corrupção. “Vou ter que frustrá-lo”, respondeu Moro. “Essa é uma iniciativa do Ministério Público, eu apoio. Mas, como magistrado, não posso me envolver diretamente com atividade política (...). O que me causa mais espécie é que parecia que as instituições estavam falando no deserto, que o problema de corrupção sistêmica não era algo percebido pelos nossos representantes eleitos. Num contexto dessa espécie, os representantes eleitos têm que se mexer para aprovar e melhorar nossas instituições. Eu sinceramente estou para ver uma iniciativa relevante nessa matéria. O que eu vi foram projetos apresentados para dificultar e não para ajudar”, cutucou.

Fala, Moro III

Outra presença política ilustre no jantar do Lide foi da vice-governadora Cida Borghetti, hoje filiada ao PP, uma das legendas alvo da Lava Jato.

12 MAR 2016

13 MAR 2016

GAZETA DO POVO

STF analisa ação sobre competência do Congresso para mudar regime de governo

● Preocupados com os desdobramentos da crise política do país, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram julgar uma ação que estava parada na Corte desde 1997 e que discute se o Congresso tem competência para mudar o sistema de governo do Brasil. O tema foi colocado na pauta do plenário da próxima quarta-feira (16), a pedido do relator do caso, ministro Teori Zavascki. O debate vai ocorrer após a Corte concluir o julgamento sobre o rito do impeachment da presidente Dilma Rousseff.

PGR pede abertura de sétimo inquérito contra Renan na Lava Jato

● A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o sétimo pedido de abertura de inquérito contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), por suspeita de envolvimento com o esquema de corrupção da Petrobras. Em delação premiada, Carlos Alexandre de Souza Rocha, o Ceará, entregador de valores do doleiro Alberto Youssef, disse que foi até Maceió fazer a entrega de R\$ 1 milhão e que, ao retornar a São Paulo, questionou o doleiro sobre o destinatário dos recursos. Segundo relato de Ceará, "Youssef respondeu em alto e bom som o dinheiro era para Renan Calheiros".

CASO TRIPLEX

Juíza avisa que decisão sobre denúncia e prisão de Lula vai demorar

● A juíza Maria Priscilla Fernandes, da 4ª Vara Criminal da Capital, decretou sigilo de Justiça do processo em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é acusado por lavagem de dinheiro e falsidade ideológica no caso do apartamento triplex no Guarujá (SP) que, segundo o Ministério Público de São Paulo, pertence ao petista. "Trata-se de processo de elevada repercussão social, em que há acusações contra ex-presidente da República e requerimento de medidas cautelares sérias", alegou a magistrada. A juíza avisa que sua decisão sobre o recebimento ou não da denúncia e sobre o pedido de prisão preventiva do ex-presidente pode demorar.

O Brasil disse “chega!”

As expectativas dos organizadores — e de muitíssimos brasileiros — e os medos do governo se confirmaram neste domingo: as manifestações pela saída de Dilma Rousseff da Presidência da República e contra o petismo foram maiores inclusive que a primeira grande mobilização ocorrida há um ano. Curitiba manteve seu protagonismo: 200 mil pessoas estiveram no Centro da capital segundo a Polícia Militar, contra os 80 mil de 15 de março de 2015 — a maior mobilização depois dos dois grandes centros urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro. Brasília também mais que dobrou a participação em relação a um ano atrás; no Rio, onde a Polícia Militar não fez contagem oficial, fala-se em 1 milhão de pessoas em Copacabana; na Avenida Paulista, em São Paulo, a PM calculou 1,4 milhão — maior que os atos pelas Diretas Já, em 1984. Mesmo cidades interioranas menores em diversos estados registraram dezenas de milhares de manifestantes.

A participação é notável não apenas pelos números em si, mas também porque o povo foi às ruas apesar do jogo rasteiro de certos setores do petismo e de seus movimentos satélites, insuflados pelo ex-presidente Lula, que até alguns dias atrás lançavam a dúvida sobre as mentes de muitas famílias dispostas a protestar: haveria violência? O MST, o “exército de Stédile”, e a CUT de Vagner Freitas, aquele das “armas na mão” para defender Dilma, causariam tumulto? O recuo desses grupos veio às vésperas do domingo, mas o blefe já estava lançado. Como o país inteiro viu no domingo, não funcionou. Os protestos foram marcados pelo mesmo clima pacífico das passeatas anteriores.

E agora? Neste espaço, afirmamos, na edição deste fim de semana que vai se tornar histórico, que duas das pernas do tripé do impeachment se alimentam mutuamente: o apoio popular e a postura das instituições da sociedade civil organizada. O povo fez, tem

feito e não há razão para duvidar que seguirá fazendo sua parte. Inúmeras entidades de classe, associações e representantes do setor produtivo já se pronunciaram pela necessidade do impeachment; alimentados pela força da população, outros dos grandes protagonistas da vida nacional também tomarão posição contra a deterioração econômica e moral do país e contra a máquina construída para pilhar o patrimônio público em benefício do partido.

O recado também foi dado para a classe política. Torna-se essencial retomar a tramitação do processo de impeachment assim que se destravar o impasse sobre seu rito — o acórdão do Supremo Tribunal foi publicado na semana passada e a corte deve julgar recursos nesta semana. Enquanto essa situação não se resolve definitivamente, fariam muito bem os deputados se pressionassem pela saída de Eduardo Cunha, que tem processo de cassação em andamento na Câmara. O mínimo a aceitar seria que ele desocupasse a presidência da casa, deixando a condução do impeachment para um sucessor probo, que trabalhe tendo em vista o interesse do país, e não trate o assunto mais importante da nação no momento como questão de vingança pessoal.

Por fim, o país também espera que o governo tenha entendido a mensagem de domingo. O povo não quer apenas o impeachment, que já se justifica legalmente pelas irregularidades fiscais cometidas por Dilma. A população foi às ruas porque se fartou do modo petista de governar; da depredação institucional realizada pelo partido — e da qual ele não recua, dadas as manobras recentes para entregar a Lula um ministério apenas para que ele escape do rigor da Operação Lava Jato —; da estratégia de colocar uns brasileiros contra outros, pregando o ódio entre classes sociais; do favorecimento a movimentos cujos métodos beiram o terrorismo.

CONTINUA

14 MAR 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Quanto mais tempo o Brasil passar atolado neste impasse movido a omissões, apego desenfreado ao poder e considerações estratégicas sobre que vantagem leva este ou aquele, mais o Brasil real vai definhando. O desemprego aumenta, a renda cai, a corrupção não cede. Se não é possível esperar da presidente Dilma um ato final de nobreza, que seria a renúncia, que se use os instrumentos legais à disposição — sempre dentro dos marcos institucionais, nunca é demais repetir — para o impeachment. A base legal já existe. Que todos, agora, façam a sua parte.

GAZETA DO POVO

Moro é exaltado como herói em todo o país

14 MAR 2016

● PERSONAGEM

Sergio Moro é exaltado como herói

SÃO PAULO
Folhapress

● O juiz federal Sergio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato em Curitiba, foi lembrado em cartazes e gritos de guerra dos manifestantes reunidos em protestos em várias cidades do país neste domingo (13).

“É um orgulho nacional. Representa tudo que a gente quer”, disse Ana Lúcia Magela, na avenida Paulista, em São Paulo, com um cartaz de apoio ao juiz.

Para Adriana Oliveira Santos, que usava uma faixa na cabeça em homenagem ao juiz, “Moro é a cara do país”.

O motorista autônomo Paulo Galdino foi à Paulista com os filhos, que o ajudavam a erguer um cartaz em agradecimento a Moro “pelas fases” da Lava Jato. “Ele me trouxe uma grande alegria”, afirmou à Folha.

Uma imagem do juiz estampou o carro de som do grupo Revoltados Online, que puxava aplausos para Moro.

No Rio de Janeiro, “Vai Moro”, “Mais Moro, menos Dilma”, “Somos todos Moro”, “Viva Moro” e “Eu amo [representado por um coração] Moro” também estão entre as dezenas de mensagens de apoio ao juiz da Lava Jato espalhadas em cartazes, faixas e camisetas ao longo da orla da praia de Copacabana.

Um grupo de 35 pessoas chamou atenção por usar uma mesma camiseta amarela identificada como #morob-

loco, um trocadilho do nome do juiz com Monobloco, um dos mais populares blocos de carnaval do Rio.

Os atores Marcelo Serrado e Susana Vieira estavam entre os seguidores do #morobloco.

“Estou aqui como cidadão. Somos a favor do Moro e das investigações da Lava Jato”, disse Serrado. Apesar das críticas à atual situação do país, o ator faz ressalvas à possibilidade de afastamento da presidente Dilma.

“Se for comprovada alguma irregularidade, sou a favor do impeachment. Mas não sei dizer se existem motivos que justifiquem a saída dela neste momento”.

“Estamos aqui a favor do Moro e da Polícia Federal. A hora é de mobilização nacional contra a corrupção”, acrescentou Susana Vieira.

Em Curitiba, a todo momento manifestantes gritam, no carro de som, o nome de Moro, seguido de aplausos, e frases de “Sergio Moro é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo”.

Também foram citados os nomes de Carlos Fernando Lima e Deltan Dallagnol, procuradores que integram a investigação da Lava Jato.

Usando uma máscara do juiz na avenida Paulista, a mineira Meirice de Almeida Prado conta que conseguiu sozinha mil assinaturas em apoio às dez medidas contra corrupção do Ministério Público Federal.

“Acredito que com a punição a gente vai ter um Brasil melhor”, disse.

“Gostei muito de uma frase que ouvi aqui: ‘vamos Mororizar o país’”, disse em meio a risos Veridiana Navajas, que usava máscara de japonês da Federal.

14 MAR 2016

GAZETA DO POVO

15H46

**Sergio Moro diz
que ficou "tocado"**

O juiz Sergio Moro divulgou uma nota sobre os protestos. Moro disse que ficou "tocado" com o apoio à Operação Lava Jato nos atos pelo país. Sem mencionar o governo federal, Moro, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância, afirmou em nota que as "autoridades eleitas e os partidos" devem ouvir a "voz das ruas" e se comprometer com o combate à corrupção, "cortando, sem exceção, na própria carne, pois atualmente trata-se de iniciativa quase que exclusiva das instâncias de controle".



Cartaz com apoio ao juiz Sergio Moro em Copacabana, no Rio.

Êxito da Lava Jato

Ele falou ainda que, apesar das menções a seu nome, o "êxito" da Lava Jato se deve ao trabalho que envolve a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e diversas instâncias do Judiciário. O juiz foi lembrado nos protestos em faixas, bonecos, camisetas e recebeu uma série de homenagens.

● JUSTIÇA

Cartão telefônico motiva ação milionária

Inventor da tecnologia cobra de operadoras royalties pela venda dos cartões que alimentavam os “orelhões” pelo país

SÃO PAULO

Estadão Conteúdo

● Uma sala dentro da casa do engenheiro Nelson Bardini, 80 anos, em Campinas (SP), guarda relíquias da história da telefonia brasileira. Há uma máquina de macarrão caseiro, usada para fazer as primeiras unidades do cartão telefônico, quatro telefones adaptados para receber cartão e quatro livros de capa dura com documentos de registro de 155 patentes.

Bardini foi considerado pela própria Telebrás o inventor do cartão indutivo, usado nos telefones públicos. Um exemplar de uma edição especial ao inventor, com sua foto estampada no cartão telefônico, também é peça do “museu” improvisado.

O cartão telefônico perdeu relevância nos últimos anos, mas ainda assim é motivo para uma das maiores disputas judiciais envolvendo uma patente brasileira. A tecnologia chegou a ser usada em 1,3 milhão de “orelhões” e trouxe receitas de ao menos R\$ 7,8 bilhões às empresas de telefonia de 2004 a 2011, segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) anexados no processo.

Bardini e a Signal Card, empresa que financiou o empresário no desenvolvimento

do produto e é dona da patente do cartão telefônico, pedem na Justiça o pagamento de royalties pela invenção. A patente é válida entre 1991 e 2011 e os inventores entendem que as empresas de telefonia lhes devem royalties pelas vendas nesse período.

Em julho de 1998, eles entraram na Justiça para cobrar royalties pela venda de cartões da antiga Telebrás, que tinha o monopólio pelo serviço de telefonia na época, e de quatro empresas que fabricaram o cartão telefônico para a companhia estatal. Com a privatização do serviço de telefonia, a Oi e a Telefônica/Vivo “herdaram” o processo.

Na Justiça paulista, a empresa recebeu uma decisão desfavorável em primeira instância, revertida em 2011 no Tribunal de Justiça. Os réus recorreram e cabe ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) definir a questão.

Paralelamente, as fabricantes também processaram a Signal Card e o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) na Justiça Federal do Rio. A ação, iniciada em 2000, pede nulidade da patente. O primeiro julgamento do processo foi feito só em outubro do ano passado e reafirmou a patente da Signal Card, em uma decisão de 41 páginas — o principal argumento da empresa no STJ.

OUTROLADO

Oi e Vivo/Telefônica alegam que ganharam licitação, pagaram pelo uso da tecnologia do cartão telefônico e acusam a Signal Card de má fé na ação.

R\$ 7,8 BILHÕES

Estimativa de receita obtida por Oi e Vivo com venda de cartões telefônicos no Brasil, entre 2004 e 2011.

O FUTURO

Bardini tem feito estudos com grafeno, composto de carbono capaz de gerar energia elétrica.

MAIS CRIAÇÕES

Abelha voadora movida a gás e joaninha por controle remoto são outras invenções de Bardini.

12 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

STJ autoriza abertura de inquérito contra Beto Richa

Decisão refere-se à Operação Publicano que apura a suspeita de que esquema de corrupção na Receita teria abastecido a campanha de reeleição do governador

Márcio Falcão

Folhapress

Brasília - O Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou abertura de inquérito contra o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), na Operação Publicano, que apura casos de corrupção na Receita Estadual de Londrina. A decisão é do ministro João Otavio de Noronha, que atendeu a pedido da Procuradoria-Geral da República.

Segundo a reportagem apurou, o ministro determinou o cumprimento de diligências em 20 dias, como a tomada de depoimentos de envolvidos no caso. Beto não deve ser ouvido nessa fase. Há suspeita de que o esquema de corrupção abasteceu campanhas políticas, inclusive a do governador tucano, segundo o depoimento de do auditor Luiz Antonio de Souza, principal delator do esquema.

Em uma série de depoimentos prestados ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público (MP), Souza afirmou que o auditor Márcio de Albuquerque Lima, então inspetor-geral de fiscalização da Receita do Para-

ná, segundo cargo mais importante do fisco, pediu que auditores arrecadassem R\$ 1 milhão em propina para a campanha de reeleição, em 2014.

Ainda de acordo com o delator, o empresário Luiz Abi Antoun, parente distante de Beto Richa, é que teria pedido a Lima a arrecadação. Também teria sido o empresário o responsável pela indicação de auditor para o topo da hierarquia da Receita.

Souza confirmou recentemente as acusações em interrogatório, perante o juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, em um dos processos da Publicano. O delator e outros 70 auditores, notadamente de Londrina e de Curitiba - membros da cúpula do órgão - são acusados de cobrar propinas milionárias de empresários em troca da anulação de dívidas com o Estado.

O governo de Beto Richa nega a acusação de uso de dinheiro ilegal na campanha e argumenta que as contas foram aprovadas pela Justiça Eleitoral. Beto também já declarou ser favorável às investigações, para que os fatos sejam esclarecidos.

O governador chegou a mandar uma reclamação à Procuradoria dizendo que não poderia ser investigado pelo MP estadual e pela Justiça do Paraná devido ao foro privilegiado - governadores têm foro para investigações criminais no STJ.

A vice-procuradora-geral da República, Ela Wiecko, autora do pedido de investigação contra Beto Richa, se opôs à reclamação, com o argumento de que tais processos, na Justiça Criminal de Londrina, não investigavam o governador. Os trechos relativos a Beto e a outras autoridades com foro privilegiado foram encaminhados pelo MP de Londrina à Procuradoria-Geral de Justiça, que os remeteu às cortes competentes.

Os auditores investigados são alvo de um processo administrativo na Receita Estadual, que já emitiu R\$ 915 milhões em multas por impostos que deixaram de ser pagos com o esquema.

CONTINUA

12 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

OUTROLADO

A FOLHA DE LONDRINA

procurou ontem a assessoria de imprensa do governador, que se pronunciou por meio de nota. "Não tenho nada a temer. Todas as doações recebidas pela minha campanha foram legais e declaradas à Justiça. Sou o maior interessado no esclarecimento completo dos fatos. Confio na Justiça", afirmou. (Colaborou Mariana Franco Ramos/Reportagem Local)

“ Não tenho nada a temer.
Todas as doações recebidas
pela minha campanha foram
legais e declaradas à Justiça”

12 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Juiz cobra punição a parlamentares corruptos

Curitiba - Durante a sua palestra na Fiep, o juiz Sérgio Moro lembrou a iniciativa do Ministério Público Federal (MPF) de criar o pacote de propostas anticorrupção chamado 10 Medidas Contra a Corrupção, que chegará ao Senado em breve, após ter sido subscrito por mais de 1,6 milhão de eleitores. E aproveitou para fazer uma crítica ao Congresso Nacional: "O que me espanta é que diante de todo esse quadro evidente de corrupção sistêmica, quais foram as iniciativas legislativas nos últimos dois anos que aprimoraram o nosso sistema de prevenção e combate à corrupção?". Segundo ele, o que se tem visto é o contrário, iniciativas para atrapalhar operações como a Lava Jato. E, como um cidadão comum, Moro cobrou dos deputados federais o afastamento dos colegas envolvidos em escândalos de corrupção.

O presidente da Fiep, Edson Campagnolo, também falou durante o evento e disse que o combate à corrupção não se restringe a uma maior fiscalização e transparência nas ações do poder público. Ele afirmou que as empresas precisam adotar uma postura ética em seus negócios. "Contribuir com esse processo é uma prioridade para o Sistema Fiep", afirmou. (A.D.C.)

Lava Jato investiga bens da família de Lula guardados no BB

Brasília - Despacho assinado ontem pelo juiz Sérgio Moro, que conduz os processos da Lava Jato, determina a intimação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre uma operação de busca de bens depositados numa agência do Banco do Brasil. A busca foi autorizada pelo juiz na terça-feira a pedido do Ministério Público depois que um documento apreendido na casa do petista apontou que 23 "caixas lacradas" estariam guardadas numa agência do BB na rua Líbero Badaró, em São Paulo. A guarda do material, de acordo com os autos, seria feita pela mulher de Lula, Marisa Letícia, e Fábio Luis Lula da Silva, filho do casal. Na decisão que autorizou o recolhimento do material, o juiz pede que sejam coletadas informações sobre quem pagou pelo armazenamento e como isso foi feito. Tanto a decisão de terça, que deu aval à busca, quanto a de ontem, que pede que Lula seja intimado sobre essa ação, não informam do que se trata esse material guardado na agência bancária. Moro deu cinco dias para o ex-presidente atender a um pedido do Ministério Público Federal sobre o caso.

Juíza ordena segredo de Justiça no caso do triplex

Julia Affonso,
Mateus Coutinho e
Fausto Macedo
Agência Estado

São Paulo - A juíza Maria Priscilla Ernandes, da 4ª Vara Criminal da Capital, decretou segredo de Justiça do processo em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é acusado por lavagem de dinheiro e falsidade ideológica no caso triplex - apartamento no Guarujá (SP) que, segundo a Promotoria criminal de São Paulo, pertence ao petista. "Trata-se de processo de elevada repercussão social, em que há acusações contra ex-presidente da República e requerimento de medidas cautelares sérias", alegou a magistrada.

A denúncia contra Lula foi apresentada na quarta-feira passada. Os promotores de Justiça acusam 16 investigados por irregularidades em empreendimentos da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop). A ex-primeira-dama Marisa Letícia, o filho mais velho do casal, Fábio Luis Lula da Silva, o Lulinha, o empreiteiro Léo Pinheiro, da OAS, e o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto estão entre os denunciados. A juíza avisa que sua decisão sobre o recebimento ou não da denúncia e sobre o pedido de prisão preventiva do ex-presidente pode demorar.

12 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Zelotes tem primeira condenação

O juiz federal Valisney de Souza Oliveira determinou a primeira condenação de réus envolvidos na Operação Zelotes. A investigação, que deu origem uma ação penal, mira em um suposto esquema de pagamento de propina a servidores para a aprovação de medidas provisórias de interesses das montadoras de automóveis. A decisão, divulgada ontem, estabelece pena de quatro anos e três meses em regime semiaberto para Halysson Carvalho da Silva, acusado de extorquir um lobista e empresários do setor automotivo. Ele poderá recorrer em liberdade.

WILSON FRANCISCO MOREIRA Prisão não basta para corruptos e corruptores

As notícias de corrupção por parte de agentes políticos e públicos em conluíus com empresas e empresários não deixam as manchetes há algum tempo. Não há mais quem se escandalize com desvios de dinheiro ou enriquecimento ilícito na administração pública. As pessoas estão céticas quanto às punições. As condenações, quando existem, demoram décadas e nunca são proporcionais aos danos cometidos, até porque não se podem medir os males que a corrupção deixa no seio social. Empresas e empresários corruptores continuam suas atividades com tranquilidade, embora já haja vários funcionários de alto escalão de empresas presos e respondendo por corrupção.

Se raramente vemos alguma punição aos engratados saqueadores do Estado e da sociedade, é lugar comum encontrá-los em cargos públicos até mais altos depois de envolvidos em falcatruas. Mesmo comprovadas ilicitudes, eles sempre voltam, carregados por amigos no poder. A cumplicidade é a síntese política dos malfeitores. Alimentam-se do poder num comensalismo inebriante. Como é prazeroso estar cercado de lacaios dispostos a qualquer coisa por migalhas do poder. É nossa cultura do compadrio na administração pública.

Uma possível receita para dedetizar essas pragas do serviço público seria ir além de punir com prisão. Prisão é o de menos. É preciso buscar o ressarcimento dos cofres públicos; mapear os corruptores e suas empresas e evitá-las no serviço público. Empresas com práticas corruptas, infelizmente, são as que têm mais chances de ganhar licitações, como temos visto. Empresas honestas, mas que não possuem padrinhos nos governos, dificilmente conseguem contratos públicos. Quanto aos corruptos (comprovadamente), o mais importante é bani-los por completo da vida pública. Não permitir que ocupem qualquer cargo, seja eletivo, comissionado ou concursado. Que se mude a Constituição Federal, se necessário for, pois o bem coletivo deve ser preservado e buscado pelos princípios constitucionais. O fim de foro privilegiado e qualquer

regalia que não tenha justificativa com fim de garantir o bem coletivo também precisa ser discutido. No Judiciário, Legislativo e Executivo.

Servidores públicos precisam compreender a importância e a essência de seu trabalho. A sociedade espera (e paga) por serviços de qualidade e com responsabilidade de todo e qualquer funcionário público, seja político ou não. Todas as pequenas corrupções, como não cumprir o horário de trabalho por exemplo, entram no escopo da corrupção. O Estado cada vez mais tem o orçamento comprometido com sua folha de pagamento, também por isso a corrupção precisa ser detectada e abolida. A racionalidade deve ser busca constante e os cargos em comissão, diga-se "apaniguados políticos" (muitas vezes sem competência alguma), devem ser reduzidos ao máximo. A falta de ética não pode ser aceita. Assim como os direitos, os deveres precisam ser claros e respeitados. Não pode mais haver espaço para a cultura do compadrio e do nepotismo, responsáveis pela degeneração moral e ética do Estado. Os desvios das finalidades do dinheiro público precisam ser combatidos incessantemente.

Entendemos que não se pode mudar de uma hora para outra uma cultura de séculos, igualmente, necessitamos enfrentar os desafios de frente, ou o Estado não servirá nunca a seu propósito de promover e zelar pelo bem da sociedade e não de grupos com interesses mesquinhos e individuais. Administrar não é

fácil, sobretudo no setor público. Aqueles que se propõem como candidatos precisam ir muito além da política partidária, é preciso ter princípios sólidos e compreender os anseios e as necessidades de diversos grupos e fazer, na medida do possível e do bem comum, a mediação equilibrada para uma justiça social adequada. Enquanto sonhamos com esta utopia podemos fazer o mínimo, cobrando dos políticos e servidores públicos e acompanhando seu trabalho, porque a responsabilidade também é nossa.

WILSON FRANCISCO MOREIRA é sociólogo e agente penitenciário em Londrina

“
Não pode mais
haver espaço para
a cultura do
compadrio e do
nepotismo,
responsáveis pela
degeneração moral
e ética do Estado

13 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Seis candidatos

Estão na disputa a promotora Fernanda Nagl Garcez e os procuradores Mário Sérgio de Albuquerque Schirmer, Maria Lúcia de Figueiredo Moreira, Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertoncini, Ivonei Sfoggia, Cláudio Rubino Zuan Esteves e Bruno Sergio Galati. Os dois últimos foram promotores em Londrina e atuaram decisivamente no caso AMA/Comurb, esquema de desvio de dinheiro de dinheiro da prefeitura na administração do ex-prefeito Antonio Belinati. Ao final da eleição, lista tríplice com os nomes dos mais votados será encaminhada ao governador Beto Richa (PSDB), que tem a palavra final na escolha do novo procurador-geral de Justiça.

Discrepância

A Vara da Fazenda Pública de São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba) determinou à Câmara Municipal que demita 126 funcionários comissionados. A decisão atende pedido do Ministério Público (MP), que, em ação civil pública, alertou para a enorme discrepância entre o número de servidores efetivos (apenas 16), em relação ao número de cargos em comissão (237, além de outros sete servidores cedidos pela prefeitura).

Comedimento

Na sentença, o juiz acatou todos os pedidos do MP, inclusive o de "comedimento nas admissões até que sejam adequadas à lei os métodos de implantação de cargos, do quadro de funcionários e da remuneração". A Câmara deverá ainda assegurar a devida proporcionalidade entre os cargos efetivos e comissionados e realizar concurso público para a nomeação dos cargos efetivos.

13 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Sem recurso

O presidente da Câmara Municipal de Apucarana, José Ailton de Araújo (PSC), conhecido como Deco, disse que não deve recorrer da decisão da Justiça que derrubou leis que aumentavam o número de cadeiras no Legislativo. Com isso, nas eleições municipais deste ano, serão abertas apenas as atuais 11 vagas. Em 2013, os vereadores haviam aumentado de 11 para 19 o número de cadeiras. No ano passado, eles rejeitaram projeto de iniciativa popular que reduzia as vagas para 11. E, alguns meses depois, aprovaram nova lei aumentando o número de cadeiras para 15.

'Tenebroso'

O Ministério Público foi à Justiça com o argumento de que as leis de 2013 e 2015 tinham vícios formais e materiais e, portanto, eram inválidas. No caso da alteração ocorrida no ano passado, por exemplo, os vereadores descumpriram a Lei Orgânica Municipal ao votarem, no mesmo ano, dois projetos com o mesmo tema, ou seja, rejeitando o projeto de iniciativa popular e aprovado o projeto que estabeleceu em 15 o número de cadeiras. Trata-se de um "vício tenebroso", escreveu o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Apucarana, Rogério Tragibo de Campos.

Disputa

O Ministério Público (MP) do Paraná realiza nesta segunda-feira eleições para a escolha do novo chefe da instituição. Cada membro do MP – promotores e procuradores – pode votar em até três candidatos. A votação será exclusivamente pela internet, com acesso mediante login e senha institucionais.

MILITÃO

Na justiça baiana o caso jornal A Tarde

O jornal de maior circulação em Salvador e entre as demais cidades baianas, o diário "A Tarde" está sendo disputado na Justiça, porque foi vendido pelos proprietários para um outro grupo, de lá mesmo, que teria assumido todos os compromissos, acabou não honrando pagamentos, colocando em risco a publicação e seu patrimônio. Os antigos donos deram um jeito, bem brasileiro, isto é meio "meio na marra" e reassumiram - é o que dizem na capital da Bahia - a direção do jornal, que continua circulando. Em Salvador, o jornal concorrente é o Correio da Bahia.

FOLHA DE LONDRINA

Moro pede que políticos 'ouçam voz das ruas'

Ficardo Brandt
Agência Estado

Curitiba - O juiz federal Sérgio Moro divulgou nota ontem em que afirmou considerar "importante que as autoridades eleitas e os partidos ouçam a voz das ruas" e que "não há futuro com a corrupção sistêmica que destrói nossa democracia, nosso bem-estar econômico e nossa dignidade". Segundo Moro, autoridades eleitas e partidos devem "igualmente se comprometer com o combate à corrupção, reforçando nossas instituições e cortando, sem exceção, na própria carne". Nas manifestações que aconteceram em todo Brasil, ontem, o juiz da Lava Jato recebeu amplo apoio, bem como as investigações contra as autoridades envolvidas nos processos da Lava Jato. Em Curitiba, sede das investigações, manifestantes colocaram nas ruas 10 mil máscaras em homenagem ao juiz federal. "Fiquei tocado pelo apoio às investigações da assim denominada Operação Lava Jato. Apesar das referências ao meu nome, tributo a bondade do Povo brasileiro ao êxito até o momento de um trabalho institucional robusto que envolve a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e todas as instâncias do Poder Judiciário", afirmou Moro.

14 MAR 2016

BEMPARANÁ Moro pede que partidos "ouçam" as ruas

O juiz federal Sérgio Moro divulgou nota ontem em que afirmou considerar "importante que as autoridades eleitas e os partidos ouçam a voz das ruas" e que "não há futuro com a corrupção sistêmica que destrói nossa democracia, nosso bem-estar econômico e nossa dignidade". Segundo Moro, autoridades eleitas e partidos devem "igualmente se comprometer com o combate à corrupção, reforçando nossas instituições e cortando, sem exceção, na própria carne".

Nas manifestações que aconteceram em todo Brasil, ontem, o juiz da Lava Jato recebeu amplo apoio,

bem como as investigações contra as autoridades envolvidas nos processos da Lava Jato. Em Curitiba, sede das investigações, manifestantes colocaram nas ruas 10 mil máscaras em homenagem ao juiz federal

"Fiquei tocado pelo apoio às investigações da assim denominada Operação Lava Jato. Apesar das referências ao meu nome, tributo a bondade do Povo brasileiro ao êxito até o momento de um trabalho institucional robusto que envolve a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e todas as instâncias do Poder Judiciário", afirmou Moro.

14 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Decisão do STF sobre ministro

O Supremo Tribunal Federal, em decisão histórica, decidiu declarar que os membros do Ministério Público (MP) não podem ocupar qualquer cargo fora da sua função a não ser o de magistério. Associações de Promotores e órgãos assemelhados expediram notas e manifestações contrárias à liminar já concedida por um juiz federal. Entretanto, a decisão do STF está fundamentada na Constituição Federal, que estabelece, claramente, que os procuradores e promotores não podem ocupar outras funções, mesmo que de alta importância como o Ministério da Justiça. Agiram muito bem e com elevado espírito público os ministros do STF, porquanto mantiveram e elevaram ainda mais as altas funções desempenhadas por aqueles servidores da sociedade. O MP é um órgão de fundamental importância para o Estado e não pode ter a sua independência e liberdade de decisões submetidas aos dignitários da política. Não é possível conceber-se um procurador ou promotor subalterno a interesses mesquinhos da politicagem que tem sido trilhada pela maioria dos políticos do nosso País.

SERVIO BORGES DA SILVA (advogado) – Londrina

12 MAR 2016

O ESTADO DE S. PAULO

STJ abre inquérito contra tucano Richa

Isadora Peron | BRASÍLIA

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou ontem a abertura de um inquérito contra o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), no âmbito da Operação Publicano, que investiga fraudes na Receita do Estado.

Um dos delatores do esquema aponta que houve repasse de valores oriundos do esquema para a campanha de reeleição de Richa, em 2014. A investigação foi aberta pelo ministro João Otávio Noronha e terá um prazo de duração de 20 dias.

No curso das investigações da operação, Luiz Antônio de Souza, auditor fiscal suspeito de integrar o esquema que atuava no fisco paranaense, afirmou em delação premiada que ele e colegas arrecadaram até R\$ 2 milhões para a reeleição de Richa, via caixa 2. Segundo ele, os auditores que atuavam na Receita de Londrina reduziam ou anulavam as dívidas tributárias de empresas em troca das contribuições. Ainda segundo o depoimento de Souza, o ex-inspetor-geral de fiscalização da Receita Márcio Albuquerque de Lima coordenava o esquema sob as ordens do empresário Luiz Abi Antoun, primo distante de Richa e figura influente na gestão tucana. Em março, Abi tornou-se réu em uma ação penal na qual é acusado de montar um esquema para obter um contrato com o governo de R\$ 1,5 milhão, de prestação de serviços de consertos de veículos oficiais, na região de Londrina, onde tem residência.

Essa operação foi batizada de Voldemort, uma alusão ao temido personagem da famosa série Harry Potter. Nos livros de J. K. Rowling, Voldemort é "aquele que nunca deve ser nomeado". Na campanha pela reeleição, em 2014, Richa declarou

Corte autoriza
investigação para apurar
suspeita de que
governador
paranaense está
envolvido em esquema
de fraudes na
Receita estadual

ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná ter arrecadado cerca de R\$ 26 milhões e ter gasto quase R\$ 30 milhões.

Segundo um levantamento prévio do Ministério Público, mais de R\$ 1 bilhão deixou de ser recolhido aos cofres públicos por causa do esquema.

Foro. O pedido de abertura de inquérito foi feito pela Procuradoria-Geral da República no final de janeiro. Inicialmente, Richa chegou a enviar reclamação à Justiça Criminal de Londrina, no Paraná, na qual alegou que não poderia ser investigado perante a Justiça de primeira instância em razão do foro privilegiado a que tem direito. Na ocasião, o Ministério Público do Estado do Paraná afirmou que, embora mencionado por delatores, o governador não havia sido indiciado perante a Justiça estadual. Na mesma reclamação, no entanto, a vice-procuradora-geral da República, Ela Wiccko, informou que havia enviado requerimento ao STJ para que o órgão apurasse se havia envolvimento do governador tucano nos fatos narrados pelo delator. O caso foi distribuído no último dia 21 e está sob relatoria do ministro João Otávio de Noronha.

A Operação Publicano foi deflagrada em abril do ano passado. O delator Luiz Antônio de Souza foi condenado pela Justiça em setembro e está preso. O auditor também acordou a devolução de parte do que ele comprou com dinheiro de propina. Seu patrimônio é estimado em R\$ 40 milhões.

Defesa. Em nota, Richa afirmou que apoia as investigações, que as suas contas de campanha foram aprovadas pela Justiça Eleitoral e que "todas as doações recebidas pela minha campanha foram legais e declaradas à Justiça". Disse estar interessado em esclarecer os fatos.

Juíza ordena segredo no caso do tríplex

Magistrada que vai decidir sobre denúncia e pedido de prisão do ex-presidente Lula alega que processo é de 'elevada repercussão social'

*Julia Affonso
Mateus Coutinho
Fausto Macedo*

A juíza Maria Priscilla Ernandes, da 4.^a Vara Criminal da Capital, decretou segredo de Justiça do processo em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é acusado por lavagem de dinheiro e falsidade ideológica no caso tríplex – apartamento no Guarujá (SP) que, segundo a Promotoria criminal de São Paulo, pertence ao petista.

“Trata-se de processo de elevada repercussão social, em que há acusações contra ex-presidente da República e requerimento de medidas cautelares sérias”, alegou a magistrada.

A denúncia contra Lula foi apresentada na quarta-feira passada. Os promotores de Justiça acusam 16 investigados por irregularidades em empreendimentos da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop). A ex-primeira-dama Marisa Letícia, o filho mais velho do casal, Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, o empreiteiro Léo Pinheiro, da OAS, e o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto estão entre os denunciados.

A juíza avisa que sua decisão sobre o recebimento ou não da denúncia e sobre o pedido de prisão preventiva do ex-presidente pode demorar.

“Neste momento saliento que o processo apresentado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo possui 36 volumes, ainda não findo o processo de digitalização, e já existem habilitações de procuradores de alguns denunciados, e para a análise da viabilidade da acusação, bem como dos pedidos cautelares formulados, necessária a detida apreciação de todo o material apresentado, o que de-

Manifesto de líderes apoia ex-presidente

● Ex-chefes de Estado e de governo de países da Europa e América Latina publicaram ontem uma declaração de apoio ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dentre os 15 signatários estão José “Pepe” Mujica, ex-presidente do Uruguai, Cristina Kirchner, ex-presidente da Argentina, e Felipe González, ex-presidente de governo da Espanha.

“Lula não se considera nem está acima das leis. Mas tampouco pode ser objeto de injustificados ataques a sua integridade pessoal. Estamos com ele e seguros de que a verdade prevalecerá”, diz o manifesto. Lula é alvo da Lava Jato e do Ministério Público de São Paulo, que o denunciou no caso do tríplex e pediu sua prisão. / M.C., F.M. e J.A.

mandará algum tempo”, afirmou a juíza Maria Priscilla.

Acusação. A Promotoria diz que Lula cometeu os crimes de lavagem e falsidade ideológica ao, supostamente, ocultar a propriedade do tríplex – oficialmente registrado em nome da OAS. Na denúncia, o Ministério Público de São Paulo ainda pediu a prisão e de outros investigados do caso Bancoop.

Nesta semana, o Instituto Lula, presidido por Paulo Okamoto, divulgou nota na qual afirma que a denúncia “não tem base na realidade”, já que o ex-presidente “não pode ocultar patrimônio que não é dele”. Afirmou, ainda, que houve uma “tentativa de banalização do instituto da prisão preventiva” por parte da Promotoria.

12 MAR 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Política, Justiça e bom senso



A inquestionável maioria dos brasileiros já está convencida de que é preciso acabar com o ciclo de poder lulopetista antes que o governo Dilma acabe com o País. Trata-se agora – e essa tarefa depende muito da participação popular – de construir o caminho, necessariamente balizado pelos preceitos constitucionais, para transferir o poder o mais rapidamente possível ao mais parecido possível com uma aliança de salvação nacional que promova as correções de rumo que o governo do PT não deseja nem tem competência para implantar.

Na construção desse caminho, é indispensável conter o açoitamento e agir com ponderação e cautela, de modo a evitar que as paixões predominem e acabem comprometendo o caráter legalista e democrático de um movimento que, vale repetir, responde ao mais legítimo anseio de mudança que domina o País. Lamentavelmente, discrepa desse procedimento cauteloso a decisão dos três representantes do Ministério Público paulista que solicitaram a prisão preventiva do ex-presidente Lula e de vários outros investigados no caso da Bancoop, cujo desdobramento politicamente mais relevante é a suspeita de que Lula e sua família tenham sido indevidamente beneficiados pela construtora OAS no episódio do condomínio Solaris, no Guarujá.

Não se trata de discutir a seriedade do trabalho dos promotores Cassio Conserino, José Carlos Blat e Fernando Henrique Araújo, que têm em mãos um caso escabroso em que petistas levaram à quebra, em circunstâncias suspeitas, a cooperativa habitacional dos bancários, o que acabou prejudicando, segundo a denúncia, mais de 7 mil famílias de cooperados,

mas beneficiando a família Da Silva. Depois que os empreendimentos da cooperativa foram transferidos, em condições também suspeitas, para a OAS, esta decidiu “presentear e paparicar” Lula “com um triplex na beira da praia”, como consta da denúncia.

O caso do triplex do Guarujá está sendo investigado também pela Lava Jato, em Curitiba, como extensão das investigações de que a OAS está sendo alvo e que já resultaram na condenação de seu ex-presidente, Leo Pinheiro. As conclusões dos promotores paulistas coincidem com as da Lava Jato. Ocorre que a denúncia que apresentaram à juíza titular da 4.^a Vara Criminal da capital, Maria Priscilla Oliveira, é vazada em termos que a transformam numa peça vulnerável a críticas. E foi o que realmente aconteceu, com reações negativas por parte de especialistas reconhecidamente competentes e insuspeitos e até mesmo de setores políticos de oposição.

Para o líder do PSDB no Senado, Cassio Cunha Lima, “em momentos de turbulência, não são recomendáveis movimentos bruscos. É preciso serenidade de todas as instituições que têm responsabilidade com o País”. De fato, a antevéspera do domingo em que estão programadas em todo o País manifestações populares de apoio ao impeachment de Dilma Rousseff não é certamente a melhor ocasião para a divulgação de uma denúncia que pede a prisão preventiva de Lula. Dias antes, a condução coercitiva do ex-presidente para depoimento à Polícia Federal, apesar de todas as precauções tomadas pelos próprios policiais para evitar que o episódio se transformasse num *show*, já havia propiciado a Lula a oportunidade de se apresentar como vítima e convocar sua tigrada a sair às ruas para protestar contra a perseguição de que ele estaria sendo víti-

ma. Esse tipo de reação não intimida os democratas, mas mostra que há obstáculos a evitar para que os meliantes do lulopetismo não encontrem alento.

Há nos meios políticos um crescente consenso de que o governo Dilma agoniza pela falta de sustentação política, que se torna maior a cada dia, da mesma forma que se acredita que a maciça participação da população nas manifestações de amanhã será determinante para a aceleração do processo de impeachment.

Um pedido de prisão de Lula poderá ser inevitável num futuro talvez próximo, a julgar pela extensão de seu envolvimento nos escândalos que abalam o País. Este, porém, não era o melhor momento para que os promotores paulistas tomassem a iniciativa de pedir sua prisão, principalmente nos termos em que o fizeram. Só pode haver Justiça onde há bom senso.

12 MAR 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo julgará pedido de Marcelo Odebrecht

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar na próxima terça-feira, 15, o pedido de liberdade de Marcelo Odebrecht, ex-presidente da maior empreiteira do País. O habeas corpus foi colocado na pauta da 2ª Turma nesta sexta-feira pelo relator da Lava Jato no Supremo, o ministro Teori Zavascki. Preso desde junho do ano passado, Odebrecht foi condenado esta semana a 19 anos e 4 meses de prisão.

Lobista é o primeiro condenado da Zelotes

Saiu a primeira condenação no âmbito da Operação Zelotes, que investiga a venda de medidas provisórias (MP) feitas "sob encomenda" e um esquema de compras de decisões no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O juiz Vallisney Oliveira, da 10ª Vara Federal do DF, condenou na noite de quinta-feira, 10, o lobista Hallysson Silva a quatro anos e três meses de prisão em regime semi-aberto pelo crime de extorsão. Hallysson estava preso preventivamente desde outubro do ano passado.

14 MAR 2016

METRO

Publicano. STJ abre investigação contra Richa

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) autorizou na sexta-feira a abertura de uma investigação contra o governador Beto Richa (PSDB). A sua campanha de reeleição em 2014 é suspeita de ter recebido recursos do esquema de corrupção na Receita Estadual. A informação foi repassada pelo ex-auditor Luiz Antônio de Souza em delação premiada na operação Publicano.

Em nota Richa negou a acusação. "Não tenho nada a temer. Todas as doações recebidas pela minha campanha foram legais e declaradas à Justiça", disse.

14 MAR 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

TRE fará mutirão de cadastro no próximo sábado

O Cartório do Tribunal Regional Eleitoral de São José dos Pinhais (TRE-SJP) fará no próximo sábado (19), um mutirão para o cadastro biométrico dos eleitores do Município. As ações terão início às 9h e os atendimentos vão até as 17h, onde a atual estrutura será mantida com mais de 100 atendentes em 55 guichês. Para os mutirões os eleitores podem realizar o agendamento pela internet (site www.tre-pr.jus.br - link Eleitor, opção Agendar atendimento ao eleitor) ou ir diretamente ao TRE-SJP, localizado na Rua Ângelo Zen, 82. No último sábado, dia 12, houve atendimento aos eleitores do município.

Segundo dados fornecidos pelo Cartório do Tribunal Regional Eleitoral do Município, até o último dia 9 pouco mais de 138 mil eleitores fizeram o cadastramento biométrico e o recadastro eleitoral, de um total de cerca de 189 mil em São José dos Pinhais. O TRE-SJP alerta que o encerramento da biometria é no próximo dia 31 de março. ■

IMPACTO PARANÁ

JUSTIÇA

Osman de Oliveira
- Advogado

12 MAR 2016

**16 DE MARÇO
DE 1934 OU**

82 ANOS DEPOIS...

Quando olho para cima e diviso o sol, sinto seu calor, e noto que os seus raios fazem germinar as sementes das árvores frutíferas, e que os bulbos e os abrolhos ajudam a crescer as plantas rasteiras e espinhosas, numa espécie de rebentos, retilhando-se em brotos para que a natureza não pare; quando fico diante da chuva que cai ou das geleiras ou da neve que se transforma em água para irrigar as matas e os montes; no momento em que me coloco diante dos pequenos ou grandes rios que se misturam e vão desembocar no oceano, fico a pensar na inteligência divina. E, então, acredito mais ainda em Deus. Somente Ele poderia fazer das trevas o mundo, e dentro dele colocar os seres humanos, dando-lhes alimentos e ormando-os, com pedras preciosas e ouro.

Não diga "obrigado", porque o agradecimento soaria como exaltação pessoal e de orgulho, quando a humildade, seria o melhor caminho do reconhecimento.

É suficiente que se saiba, que Deus existe, e que Dele, surgiram aqueles que falam e ouvem, quando muitos são mudos e surdos.

Cada um cumpre na terra a sua missão. Alguns se revoltam e irados tentam negar. Compreenda-os, o vulcão é impetuoso e dizem os geólogos - aqueles que o estudam - que, às vezes, a sua erupção assemelha-se à revolta humana que irrompe das suas profundezas, e revoltado, joga para fora, lavas de fogo, que devoram e abrasam.

A gente acompanha isso tudo, às vezes com medo e outras vezes, com a coragem de reconhecer, que Deus não pede opinião porque sabe o que faz.

Quando nasce uma criança todos a adulam, vestem-na com roupas bonitas sem saberem o que virá depois. Confiam. Saber confiar é a virtude da esperança. Comigo e com você foi assim. A primeira coisa que se sofre é uma palmada na bunda. Mais tarde o destino se encarregará de aplicar outras batidas, porém, em todo o corpo.

Quando completo 82 anos, colho do que ficou para traz, os bons exemplos e com eles eu me preparo para o futuro: O amanhã é sempre uma incógnita que poderá ser melhor ou ser recebida da forma como Deus queira...

Viver tanto tempo com saúde e honra, ao lado da esposa, filhas e netos, é uma benção tão grande que se torna maior, se todos por igual puderem usufruí-las também!

PS.: Exalto minha esposa Dalmi, minhas filhas Wanessa e Waléria, e os Netos Guilherme, Juliana, Isabela e todos os amigos que possuo e em razão dos quais vivi e hei de viver.

NOTA DA REDAÇÃO:

AO AMIGO OSMANN DE OLIVEIRA OS NOSSOS SINCEROS VOTOS DE MUITA SAÚDE, PAZ E FELICIDADES JUNTO A SUA FAMÍLIA. Parabéns pelos 82 anos!!



12 MAR 2016

IMPACTO PARANÁ

JUSTIÇA FEDERAL PROÍBE RENOVAÇÃO DE PEDÁGIO SEM LICITAÇÃO NO PARANÁ

Para juiz, participação das concessionárias nas negociações entre Estado e União representa risco.

Em decisão liminar, a Justiça Federal do Paraná proibiu o governo do Estado de renovar, sem licitação, os contratos de concessão com as atuais empresas que exploram o pedágio.

Para o juiz federal Rogério Cangussu Dantas Cachichi, existem evidências de que a administração estadual tem a intenção de obter junto à União a renovação dos convênios de delegação de rodovias para, na sequência, manter no Anel de Integração as atuais concessionárias. Os contratos junto ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER) vencem no ano de 2021.

Em decisão liminar, a Justiça Federal do Paraná proibiu o governo do Estado de renovar, sem licitação, os contratos de concessão com as atuais empresas que exploram o pedágio. Para o juiz federal Rogério Cangussu Dantas Cachichi, existem evidências de que a administração estadual tem a intenção de obter junto à União a renovação dos convênios de delegação de rodovias para, na sequência, manter no Anel de Integração as atuais concessionárias. Os contratos junto ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER) vencem no ano de 2021.

O governo estadual solicitou, no ano passado, à União, autorização para renovar a delegação das estradas federais, que repre-

sentam mais da metade dos 2,5 mil quilômetros do trecho com pedágio no Paraná. Ainda não houve uma resposta oficial, porém, o secretário de Gestão de Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, Luciano de Souza Castro, informou que houve a solicitação da renovação.

De acordo com o magistrado, a participação direta das empresas nas negociações entre Estado e União sobre os convênios de delegação representa risco aos interesses do cidadão.

A decisão foi proferida depois dos primeiras discussões sobre o tema, em 2015, em ação civil pública apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF), em Jacarezinho (Norte Pioneiro).

União e DER apresentaram agravo de instrumento contra a liminar no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), mas o recurso foi negado pelo desembargador federal Cândido Alfredo S. Leal Jr. Segundo ele, não há risco iminente de prejuízo às concessionárias e nem à sociedade que possa justificar a suspensão imediata da liminar. Agora, o caso deverá ser analisado pelo colegiado do tribunal.

OUTRO LADO

O secretário Chefe da Casa Civil do Paraná, Eduardo Sciarra, confirmou o interesse nas re-

novações dos convênios de delegação e dos contratos de concessão. Segundo ele, o procedimento pode ser feito sem licitação. "Não é ilegal porque o contrato original prevê renovação (com as concessionárias)." Sciarra afirmou que o governo deve realizar audiências públicas se houver o aval do Ministério dos Transportes para decidir sobre a permanência das atuais empresas de pedágio. "Formalmente não tem nenhuma negociação em curso. É evidente que o governo tem interesse na delegação, necessária para renovar agora ou daqui a cinco, seis anos".

O DER, no entanto, informou por meio da assessoria de imprensa que tem cumprido a decisão judicial e que não está pleiteando a prorrogação de contratos de pedágio. Segundo o órgão, o pedido feito ao Governo Federal foi motivado por entidades do setor produtivo. "O governo do Paraná tem feito estudos para avaliar o cenário em caso de prorrogação da delegação de concessão, que permite ao Paraná definir o que fazer com os contratos de pedágio. Esta discussão sobre a delegação foi motivada por pedidos de federações e associações do setor produtivo (como Fecomércio, Fetranspar e Faep)", diz o DER, em nota, informações da matéria da FOLHA WEB.